

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**THALLES PINHEIRO DE OLIVEIRA**

**ESTADO E LUTA DE CLASSES: A VERDADE POR TRÁS DO IMPEACHMENT DE  
DILMA ROUSSEFF**

**Cidade de Goiás  
2019**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE  
GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG):**

Nome completo do autor: Thalles Pinheiro de Almeida

Título do trabalho: Estado e duto de corpos: a verdade por trás do impeachment de Dilma Rousseff.

**2. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCG.

Thalles Pinheiro de Almeida  
(Nome completo do autor)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

Edma José Reis  
(Nome completo do orientador)<sup>2</sup>

Data: 10 / 12 / 19

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Versão abril de 2018

<sup>2</sup> As assinaturas devem ser originais sendo assinadas no próprio documento, imagens coladas não serão aceitas.

**THALLES PINHEIRO DE OLIVEIRA**

**ESTADO E LUTA DE CLASSES: A VERDADE POR TRÁS DO IMPEACHMENT DE  
DILMA ROUSSEFF**

Monografia jurídica apresentada à Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas da Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás, como trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Direito, sob a orientação da professora doutoranda Edma José Reis.

**Cidade de Goiás  
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PINHEIRO DE OLIVEIRA, Thalles.

ESTADO E LUTA DE CLASSES: a verdade por trás do impeachment de Dilma Rousseff. Thalles Pinheiro de Oliveira – 2019. LXXIII, 73 f.

Orientação: Professora M<sup>a</sup>. Edma José Reis

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Cidade de Goiás, 2019.

Bibliografia.

Inclui siglas.

1. Estado. 2. Luta de Classes. 3. Dominação Ideológica. 4. Ideologia. 5. Golpe de Estado de 2016.

CDU: 34



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
REGIONAL GOIÁS <sup>11</sup> <sub>SEP</sub>  
CURSO DE DIREITO

ATA DE DEFESA

Na data de 18/12/2019, a banca examinadora composta pelo ORIENTADOR/A), Edma José Reis, AVALIADOR/A, Vitor Sousa Freitas, e o/a AVALIADOR/A, Alexandre Aguiar dos Santos, após a sessão pública de defesa do trabalho de conclusão de curso de título, Estado e luta de classes: a verdade por trás do impeachment de Dilma Rousseff, de autoria do (a) discente, Thalles Pinheiro de Oliveira, matrícula nº 201511530, houve por bem Aprovar  ou Reprovar ( ) o aludido trabalho, com a nota 10,0.

Goiás, 18 de dezembro, de 2019 .

Orientador (a): Edma José Reis .  
Avaliador (a): Seu José .  
Avaliador (a): Vitor Sousa Freitas .

Observações:

--

*Dedico este trabalho àqueles que  
sempre estiveram ao meu lado,  
manancial inexaurível  
de amor e perdão,  
aos quais serei eternamente grato.  
Família.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por estar concluindo com êxito mais uma fase da minha vida.

Meus agradecimentos a minha família pelos conselhos e amor incondicional.

Agradeço também a minha companheira que me acompanhou de perto em todos os momentos destes últimos 3 anos. Obrigado pelo carinho, pela paciência nos momentos de aflição e pelas doces palavras de acalanto.

Aos colegas de faculdade, de vida e de estrada que a UFG me deu nestes 5 anos. Partilhamos inúmeros momentos juntos, uns bons, outros não tão bons assim, mas que todos serviram de aprendizado, e graças à ajuda mútua, conseguimos chegar até aqui.

Agradeço em especial a minha orientadora, pelo suporte, pela presença sempre que precisei, por todos os conselhos, correções e indicações sem as quais a realização desse trabalho não seria possível.

Aos professores e funcionários da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas da Regional Goiás/UFG que contribuíram, de maneira fundamental, para a conclusão da minha graduação.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto central de estudo a busca da compreensão do impeachment de Dilma Rousseff sob uma perspectiva da luta de classes no interior do Estado brasileiro. Para se compreender a atual conjuntura política, faz-se imprescindível recriar a linha histórica da luta de classes no Estado brasileiro. Por tal razão, remontar-se-á aos Governos do período pós-redemocratização sob a ótica da luta de classes. Poderá notar-se no decorrer do presente, que a crise política que assola o país, é fruto, não somente da crise mundial do capitalismo de 2008, mas também dessa luta de classes. O Estado capitalista é o meio onde essa luta de classes se desenvolve, em função disso, é imprescindível perceber como funciona a atuação estatal nesse contexto da luta social. Então, através dos ensinamentos de alguns grandes nomes da teoria crítica do Estado e do direito, desnudar-se como o Estado opera em prol de determinado seguimento social, e quais os meios que são usados por esse ente para perpetuar as relações de dominação em seu âmbito interno. Nesse sentido, este trabalho monográfico se prestará a tratar do tema Estado, que será abordado sob uma ótica crítica, a partir de autores marxistas contemporâneos. Num segundo momento, se pautará na explicação do conceito de ideologia e de dominação ideológica tratados como instrumentos estatais de perpetuação das condições de existência e desenvolvimento da ordem capitalista. Por fim, a partir de uma análise de como se desenvolve a luta de classes no Brasil, procurar-se-á entender como o golpe de estado de 2016 foi produzido. Em suma, o presente trabalho objetiva compreender a luta de classes no Estado brasileiro, e para além disso, entender o impeachment de Dilma sob uma perspectiva crítica, ajudando a conscientizar o leitor acerca de como se dá essa correlação de forças no Estado capitalista brasileiro.

**Palavras-chave:** Estado. Luta de classes. Dominação ideológica. Ideologia. Golpe de Estado de 2016.

## ABSTRACT

The present work has as its central object of study the search for an understanding of Dilma Rousseff's impeachment from a perspective of the class struggle within the Brazilian state. To understand the current political conjuncture, it is essential to recreate the historical line of class struggle in the Brazilian state. For this reason, it will go back to the governments of the post-redemocratization period from the perspective of the class struggle. It may be noted throughout the present that the political crisis plaguing the country is the result not only of the world crisis of capitalism in 2008, but also of this class struggle. The capitalist state is the medium in which this class struggle develops, so it is essential to understand how state action works in this context of social struggle. Then, through the teachings of some big names in the critical theory of state and law, to uncover how the state operates in favor of a particular social following, and what means are used by that entity to perpetuate the relations of domination in its own right. internal scope. In this sense, this monographic work will lend itself to the theme of the State, which will be approached from a critical perspective, from contemporary Marxist authors. In a second moment, it will be based on the explanation of the concept of ideology and ideological domination treated as state instruments of perpetuation of the conditions of existence and development of the capitalist order. Finally, from an analysis of how the class struggle develops in Brazil, we will try to understand how the 2016 coup d'état was produced. In short, this paper aims to understand the class struggle in the Brazilian state, and furthermore, to understand Dilma's impeachment from a critical perspective, helping to make the reader aware of how this correlation of forces occurs in the Brazilian capitalist state.

**Keywords:** State. Class struggle. Ideological domination. Ideology. Coup d'etat 2016.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelho ideológico de Estado
FHC	Governo Fernando Henrique Cardoso
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Sinaval	Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore
Abdib	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abiquim	Associação Brasileira da Indústria Química
STF	Supremo Tribunal Federal
CUT	Central única dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. SOBRE O SURGIMENTO E A FINALIDADE DO ESTADO.....</b>	<b>15</b>
1.1 A crítica marxista do Estado. ....	15
1.2 O Estado bonapartista .....	17
1.3 A Comuna de Paris, o mais próximo que a humanidade já chegou de superar a velha forma estatal burguesa. ....	19
<b>2. O ESTADO E A DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA.....</b>	<b>22</b>
2.1 O Estado e a sociedade civil.....	22
2.2 Os Aparatos Estatais de Dominação .....	25
2.3 A dominação ideológica.....	30
2.4 A dominação ideológica sob o enfoque jurídico.....	34
<b>3. ANÁLISE DO IMPEACHMENT DE 2016 SOB A ÓTICA DA LUTA DE CLASSES. 39</b>	
3.1 A luta de classes no Brasil no século XXI .....	39
3.2 A crise política como reflexo da crise econômica.....	49
3.3 A utilização dos aparatos ideológicos estatais de dominação no fomento da crise política.....	53
3.4 A fraca resistência ao golpe de 2016, o desfecho vitorioso para a burguesia associada ao capital internacional.....	60
3.5 Para uma visão crítica do direito e sua função superestrutural .....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

O conceito de Estado variou ao longo das eras. Transformou-se com a sociedade, sendo visto por alguns como o reflexo da sociedade que o constitui, outros defendem a existência do Estado desde que o ser humano começou a viver em sociedade, e a partir de então, conforme a sociedade evoluiu e passava a tecer relações complexas, o Estado também se “robustecia”. Neste sentido, observa-se a existência dos antigos Estados, como os gregos, egípcios, mesopotâmicos, judeus, entre outros. A idade média é marcada pela forma de Estado denominada de Estado feudal, superada essa fase, emergirá o Estado absolutista a primeira forma de Estado moderna, e com o seu declínio, observar-se-á o surgimento do Estado liberal. O que pretende-se neste trabalho não é fazer uma pesquisa sobre as origens do Estado, apesar de esse não ser um tema pacífico, não se mostra relevante para o objetivo final do presente.

Para alguns teóricos, o Estado é um ente autônomo e indiferente a sociedade. Contudo, ao nosso ver, o Estado ambiciona ver-se como um ente autônomo e indiferente a sociedade civil, ele apregoa não possuir interesses próprios de um ou outro segmento social, tendo o interesse geral como seu objetivo. Em que pese esse ser um argumento persuasivo, não condiz com a realidade fática, e este será um dos caminhos que se trilhará no presente trabalho, como se dá a dinâmica das forças dentro de um Estado. É dispensável usar a terminologia Estado capitalista, pois como se verá pelos ensinamentos de Marx, o próprio Estado, seu cerne, é uma criação capitalista, logo, seria redundante usar tal terminologia.

Desta forma, o Estado possui uma finalidade, que é perpetuar as relações capitalistas, manter o status *quo* social, a organização da sociedade em classes sociais, agindo como mantenedor das relações de dominação, possibilitando a existência dos donos dos meios de produção e dos trabalhadores assalariados, dos expropriantes e dos expropriados, do burguês e do proletário. Embora essa retórica seja predominantemente marxista, mostra-se completamente atual e necessária para que seja possível uma compreensão da realidade.

Diante do cenário político, social e econômico conturbados que se vive, não só no Brasil, como em toda a América Latina, onde com certa constância eclodem novas crises governamentais, populações insatisfeitas com seus governantes legitimando golpes de Estado, dentre outros episódios inquietantes, faz-se necessário construir uma pesquisa científica que busque elucidar tais questões. Mesmo que haja vasta informação produzida pela grande mídia, na tentativa de explicar tais acontecimentos, estas não se mostram fontes confiáveis, afinal, despejam toneladas e mais toneladas de ideologia nas mentes de seus telespectadores,

condicionando-os a pensar e agir de determinada forma, produzindo uma realidade dissimulada daquilo que de fato está ocorrendo.

Neste sentido, buscar-se-á compreender o impeachment de Dilma Rousseff sob a perspectiva da luta de classes dentro do Estado brasileiro. Como se organiza a luta de classes no contexto brasileiro e de que forma ela produziu o golpe de Estado de 2016?

Compreender o impeachment de Dilma Rousseff fundamentado numa base científica, através da sociologia, da política e da perspectiva crítica do direito, nos permitirá compreendermos nossa realidade. É fundamental produzir cidadãos com pensamento crítico no país, o que se vê é a grande maioria da população imersa em dominação ideológica, por isso, também abrir-se-á espaço no presente trabalho para tratar da dominação ideológica. É necessário combater este inimigo das classes dominadas, mas torna-se uma luta árdua combater um inimigo que age sorrateiramente sem se ter qualquer conhecimento do mesmo. Então aqui reside mais um fator preponderante a este estudo, desnudar o manto da dominação ideológica estatal que recaem sobre os indivíduos. Todos estes aspectos possibilitarão ao indivíduo realizar uma autocrítica e se situar dentro dessa luta social incessante.

A metodologia utilizada nesta pesquisa monográfica é de tipo pesquisa bibliográfica com base em fichamentos de obras inspiradoras e observação empírica de fatos e acontecimentos políticos vividos pela sociedade brasileira, a exemplo de manifestações políticas do povo, algumas ações ou movimentos dos políticos e agentes públicos do judiciário, do legislativo e do executivo no sentido de destacar alguns pontos relevantes que possam fomentar a discussão sobre os temas aqui destacados. Salientamos que os dados levantados também encontram-se em obras já publicadas, e como tais já receberam a devida crítica, por isso, não se fez necessário realizar uma pesquisa de campo para chegar aos números aqui citados e as conclusões que estas estatísticas tornadas públicas nos permitem denotar.

No escopo do trabalho poderá notar-se o surgimento de uma vertente que busca entender a dinâmica social a partir do plano econômico, trata-se do marxismo. Se o leitor olhar para o que já foi dito, perceberá nessas breves linhas que sempre que o capitalismo entrou em crise, as classes abastadas economicamente se organizaram de forma a depor a classe dirigente e inaugurar uma nova ordem dirigente. Assim se deu com a superação do feudalismo pelo absolutismo, do absolutismo pelo liberalismo, e posteriormente se verá a superação do liberalismo clássico pelo surgimento de correntes neoliberais.

Contemporaneamente, ainda não há motivos para que as classes dominantes pleiteassem a substituição do modelo neoliberal vigente. Contudo, a dinâmica de mudanças se dá no interior

desse modelo estatal, há uma espécie de “dança das cadeiras” entre as frentes burguesas que dirigem o Estado, mas o certo é que, desde a instituição do Estado Liberal, quem esteve à frente do poder estatal sempre foram os burgueses, e se fizermos uma análise além, poderá notar-se que em toda a história, quem esteve à frente do poder estatal, sempre foram os mais abastados economicamente, só que em alguns estágios, esses ricos recebiam outros nomes, como era o caso da nobreza no Estado absolutista, o senhor feudal e sua família no Estado feudalista, o ponto convergente era que no final os indivíduos abastados economicamente estariam na direção do Estado.

Num segundo momento, partiremos para o estudo da atual sociedade que é muito mais complexa e fracionada do que a sociedade do início do Estado Liberal, onde podia-se definir os polos em burguesia e proletariado. Hoje, a burguesia se fraciona em diferentes estamentos, o proletariado também, e ainda observa-se o surgimento de uma terceira classe situada entre o proletariado e a burguesia, a classe média. A forma com que o Estado se apresenta ante seus súditos também é diferente. Não há mais a ameaça de que se propague uma avalanche de monarquias absolutistas como no século XVII, em razão disto, o Estado teve de mudar sua roupagem. Nos termos ditos inicialmente, a ideologia que o Estado reproduz é de como se este fosse um ente autônomo, apesar de ser formado pela sociedade, se localiza acima dela e não guarda nenhuma paixão ou interesses particulares com ela ou com algum grupo específico.

Neste sentido, Althusser, Chauí e Lyra Filho serão os responsáveis por retirarem de nossos olhos as vendas da dominação ideológica. Inicialmente, Althusser desvendará os aparatos estatais de dominação ideológica. O autor sintetizará como as classes dominantes utilizam-se da família, da igreja, da escola, da imprensa, do direito, da cultura e de outras formas para manter-se no poder sem que as classes dominadas se deem conta disso. Chauí e Lyra Filho contribuirão com uma retórica focalizada no conceito de ideologia, a autora a aborda em um plano geral enquanto que Lyra Filho, enfatiza no plano jurídico, a questão da dominação ideológica.

Por fim, após discutir todos os conceitos selecionados para o esclarecimento da problemática deste trabalho, acredita-se seja possível realizar uma análise que facilite compreender a luta de classes no contexto brasileiro, mais especificamente após a redemocratização, pautando-se na observação dos acontecimentos e situações ocorridos durante os Governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e de como a luta de classes produziu o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Luta de classes é um termo propriamente marxista, e como discorreu-se linhas acima, Marx busca a

compreensão do Estado a partir do plano econômico. Então aqui reside o porquê de ser fundamental entender o capitalismo, bem como, a razão de se realizar um estudo tomando o Estado a partir do plano econômico. Todas as transformações, golpes, destituição de governantes que existiram até hoje, possuíam na ordem econômica seu fundamento desencadeador.

## 1. SOBRE O SURGIMENTO E A FINALIDADE DO ESTADO.

### 1.1 A crítica marxista do Estado.

Ao contrário dos contratualistas que se preocuparam em buscar justificações para a instituição do Estado e após, os teóricos liberais, que tinham como missão dar razão a república e a deposição dos monarcas soberanos em nome da liberdade dos indivíduos, do direito à vida e a propriedade privada, a teoria marxista consistirá na crítica ao modelo de Estado liberal existente, e, a partir do plano econômico, buscará entender a dinâmica social no interior deste, bem como a propositura de uma forma de superação ao Estado burguês.

Assim, Marx partirá da análise das sociedades pré-capitalistas, da evolução econômica, da divisão do trabalho e do surgimento das classes sociais, para então procurar entender o Estado como resultado da luta das classes sociais em que a sociedade capitalista moderna foi constituída.

Engels ensina que o Estado é uma consequência da sociedade, quando esta atinge determinado grau de desenvolvimento, torna-se invadida por antagonismos irreconciliáveis, interesses econômicos díspares entram em rota de colisão, e para que isso não acabe por corroer a própria sociedade e torná-la um terreno infértil, faz-se necessário a instituição de um poder *suprasocietatis*, que tem por missão inibir a destruição da própria sociedade, é um poder nascido da sociedade, mas posto acima desta, e que se distancia cada vez mais dela.

Em outras palavras, argumenta Bresser Pereira:

Engels resume a origem do Estado e ao mesmo tempo o conceitua a partir de um ponto de vista histórico: trata-se de um poder, ou seja, de uma estrutura organizacional e política que emerge da progressiva complexificação da sociedade e da sua divisão em classes destinada a manter a ordem dentro da sociedade, e, portanto, a manter o sistema de classes vigente. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 89).

Em resumo, o Estado surge como uma organização que tem como finalidade precípua a manutenção do status *quo* da sociedade, garantindo o direito à propriedade privada e a perpetuação da relação de hierarquia dentro de tal sociedade, doravante cindida em polos antagônicos e irreconciliáveis.

Bodart dissertando sobre a teoria do autor de O Capital, afirma que a leitura de Marx sobre o Estado é essencialmente classista, isto é, o Estado representa uma classe, não a totalidade da sociedade, como é pregado pelos contratualistas. Dessa forma, o Estado, se

expressa como sendo a necessidade de uma classe social ou um grupo restrito, que o domina através do seu poderio econômico estabelecendo um domínio político sobre as outras classes.

Com efeito, afirma Marx, a classe que queira ser dona do seu próprio destino, que queira aspirar a dominação, deverá preocupar-se em conquistar primeiro o poder político, para inserir assim o seu interesse como o interesse geral. Em virtude desse parâmetro de dominação, continua Marx, é que as ideias que predominam em determinada época são sempre as ideias do grupo dominante.

O aparato ideológico estatal sempre desenvolveu papel fundamental na manutenção do status *quo* social: seja pela atuação jurídica do Estado – aqui compreendida a atividade legiferante e a atuação do judiciário –; seja pelo uso da força, por intermédio das forças policiais – já que o Estado é o único legitimado a fazer uso da violência – ou até mesmo pela doutrina do medo espalhada pelas autoridades clericais, tudo isso materializava-se numa grande barreira a ser transposta pela classe que ousasse perturbar essa coesão social.

E como atingir o ideal de superação do Estado? A partir da conquista do Estado para estabelecer-se uma sociedade comunista, na qual o capitalismo e as classes sociais seriam superados. Consoante Coprrêa, citando Marx, em *O Capital*, “o objetivo mais próximo dos comunistas (...) é a formação do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”<sup>1</sup>.

Nota-se que tanto na teoria liberal quanto na marxista, a conquista do poder político é um dos pressupostos sem o qual torna-se impossível que estes consigam atingir o alvo definido em suas teorias, isto, porquê, explica Marx, o poder político é aquele poder organizado de uma classe para opressão da outra, corporificado na figura do Estado. Portanto, a conquista do poder político também ensejaria a própria conquista do Estado.

Em síntese, de acordo com Coprrêa, o Estado no interior do marxismo é entendido como,

uma chave instrumentalista, que o considera um instrumento manipulável; em termos teóricos e estratégicos, sustenta-se que o Estado seja conquistado pelos trabalhadores, por meio de revolução violenta e/ou eleições, e, como Estado socialista, utilizado como alavanca suprimir as relações de propriedade, o que implicaria, em algum tempo, o próprio desaparecimento do Estado.(COPRRÊA, 2013, p.216)

---

<sup>1</sup> Cf. COPRRÊA, 2013, p.215.

## 1.2 O Estado bonapartista

Para além de uma perspectiva geral sobre a visão marxista do Estado até aqui discutida, parte-se doravante a uma análise, específica, acerca de um exemplo concreto de governo que Marx analisou em suas obras, a saber, o governo de Napoleão Bonaparte. O qual, conforme o próprio Marx, se mostrava muito mais desenvolvido que os demais Estados liberais da época e que serviu de parâmetro para os Estados modernos sendo, portanto, imprescindível a compreensão da correlação de forças no âmbito do bonapartismo para através dos elementos teóricos ali elencados por Marx, entendermos melhor a correlação de forças no Estado contemporâneo.

Com a derrubada do Estado absolutista francês, inaugura-se um período de transição com o surgimento da monarquia constitucional, aqui retratada como a Monarquia de Julho. A Monarquia de Julho representou a tomada do Estado pela aristocracia financeira francesa em oposição as outras classes sociais. Segundo Sader<sup>2</sup>, tal monarquia foi incapaz de se fazer representante de todas as classes devido a sua forma de governo ser baseada na política de juros, o que era socialmente improdutivo, o que era preferência apenas da classe aristocrática, que minava as demais classes sociais pautando-se nessa política tributária.

Nesse sentido, é possível observar como o Estado surge como instrumento particular daquela classe específica, fazendo oposição frontal aos interesses das demais camadas sociais. Esses interesses difusos, mas ao mesmo tempo “harmônicos”, já que partiam do pressuposto da oposição ao governo, resultaram na revolução de 1848, que como Sader esclarece, foi a “cristalização do capitalismo na França, pela hegemonia do capital industrial que vai passar a coordenar as outras classes sociais em torno de si”<sup>3</sup>.

É aqui que o bonapartismo irá emergir, como um modo de conciliar as relações de produção com as ambições de todas as outras classes sociais. Busca-se a anulação do poder político para que aquela forma de governo consiga conviver como um poder social. A verdade é que se internalizou às relações de produção, criando-se uma falsa impressão de que o político não estaria alinhado diretamente a burguesia, é a busca da figura do Estado como um sujeito autônomo e indiferente ao sistema econômico.

Mister faz-se a reprodução do pensamento de Sader a respeito,

---

<sup>2</sup> Cf. SADER, 2014, p. 80.

<sup>3</sup> Cf. SADER, 2014, p. 81.

a imparcialidade buscada pelo Estado bonapartista visa atender a esse novo caráter das relações de classe, demonstrando que as formas políticas clássicas do liberalismo não correspondiam à fase de cristalização do capitalismo, mas ao momento de sua ascensão e instauração. O Estado bonapartista corresponde à fase da hegemonia em que, ao reproduzir de forma multiplicada suas relações de produção, o capitalismo superou o Estado Liberal. (SADER, 2014, p. 82.)

Assim, Marx conclui que o Estado bonapartista é uma forma historicamente superior de apropriação do Estado pelas classes dominantes, jamais vista até então no mundo. O mantra de governo autônomo do Estado bonapartista o credencia ao papel de unificador da sociedade, objetivando a unidade do Estado em prol de um único ideal desenvolvimentista, a união de todas as classes como a época da “ilusão da glória nacional”.

O bonapartismo qualifica-se como uma forma dúbia de governo, ao mesmo tempo em que “unifica e salva” as classes de um autoritarismo aristocrático destruindo o parlamentarismo, de forma indireta, ele perpetua a supremacia das classes proprietárias sobre a classe operária, isto é, a classe operária é salva no plano político, enquanto o Estado salva a burguesia no plano econômico devido a integração política de todas as classes na vida do Estado.

Para Marx, o bonapartismo foi a única forma que a burguesia francesa encontrou de preservar seu domínio, tendo para isto, entregado a posse direta do Estado a Napoleão, e deixando que o mesmo cultivasse no imaginário da população o ideal de autonomia estatal, enquanto que na verdade, a burguesia continuava na posse indireta da máquina estatal, e a finalidade precípua desta, ainda era atender os anseios das classes economicamente abastadas.

Finalizando a temática acerca do Estado bonapartista, Sader discorre que:

o bonapartismo reveste o Estado, assim, de um apropriação política, realizando da maneira mais completa possível a dissociação entre o homem enquanto produtor privado e enquanto cidadão político abstrato, para a qual o Estado moderno foi criado. Se o capitalismo revela a verdadeira essência do Estado, ao dilacerar essas contradições ao máximo, é o bonapartismo que realiza em seu mais alto grau, consagrando as tarefas específicas do político. (SADER, 2014, p.86)

A imagem e semelhança do Estado contemporâneo, o bonapartismo serviu de espelho a este, que tal como aquele, pressupõe uma autonomia e busca a desvinculação do político e do econômico, mas essa autonomia não passa de um ideal imaginário como ocorre no bonapartismo. O político e o econômico estão intrinsicamente ligados desde a gênese do Estado, faz parte do seu DNA, e, portanto, não podem ser separados, bem como, a leitura do poder

político dissociada do econômico resultará em uma leitura incapaz de compreender a correlação de forças dentro de um Estado capitalista.

1.3 A Comuna de Paris, o mais próximo que a humanidade já chegou de superar a velha forma estatal burguesa.

Tecido os comentários acerca da análise que Marx faz sobre o Estado bonapartista, convém agora desenhar em breves linhas a síntese do que foi a Comuna de Paris, aquilo que mais se aproximou até então, segundo Marx, da ditadura do proletariado, estágio antecedente ao estabelecimento da sociedade comunista com a superação do capitalismo, do regime de classes e conseqüentemente do Estado Burguês.

Os precedentes para a instalação da Comuna se dão na década de 1860, após o golpe de 18 de Brumário, em 1848, que se instalou o bonapartismo em toda a França. Sua era áurea se deu entre 1850 e 1870, quando ocorreu o declínio deste regime. Durante o bonapartismo, o clima de beligerância entre as classes sociais na França foi apaziguado. A forma política de gerência do Estado levou a concretização as ações necessárias para o projeto de dominação da elite burguesa, começado na revolução burguesa de 1948.

Esse período ficou consolidado pelo amplo desenvolvimento capitalista, com o avanço da industrialização por todo o país. Pinheiro leciona que as ações de “afirmação do capitalismo vão ter implicações culturais, sociais e políticas”<sup>4</sup>. A burguesia se fortaleceu como nunca durante as duas décadas em que o bonapartismo imperou, alcançando lucros superiores a 300%, enquanto que o salário cresceu a um percentual de apenas 45%.

Contudo, esse processo foi corroendo-se com o avanço da conscientização do proletariado francês. A luta de classes retornava à tona, e com ela, o desgaste do Estado bonapartista que começou a perder o apoio da burguesia e também do clero. A solução que Napoleão III encontrou para trazer novamente paz ao quadro institucional interno francês que começava a colapsar, foi a busca da união interna através da disputa externa, inicia-se um período de guerras.

Enquanto os ânimos se acirravam no interior da França, ali do lado, Bismarck havia derrotado a Áustria e partia para efetiva unificação da Prússia. No entanto, a França de Napoleão III não desejava um vizinho tão feroz, e não pestanejou em declarar guerra à Prússia de

---

<sup>4</sup> Cf. PINHEIRO, p.2.

Bismarck. A guerra franco-prussiana durou 4 anos, e terminou em 2 de setembro de 1870, com a prisão de Napoleão III e o aprisionamento de 100 mil soldados franceses.

A repercussão do resultado catastrófico da guerra foi imediato em toda a França, chega ao fim o bonapartismo e começa a III República. Instaurou-se um governo provisório que não obtinha êxito nas negociações de paz com Bismarck e o exército prussiano marchava rumo a Paris. Em 1871 os prussianos iniciam o ataque a Paris, sendo que no dia 18 de janeiro, ocupam Versalhes e proclamam o surgimento do império alemão.

É neste cenário de caos político que os trabalhadores se unem contra não só os prussianos, mas também contra o Estado burguês francês e iniciam a contrarrevolução, que ficaria marcada na história da humanidade como a Comuna de Paris.

Com a conquista de Paris pela classe proletária, inaugurava-se o primeiro governo com caráter estritamente proletário da história. Neste sentido, Maciel conceituará a Comuna como:

a antítese do Segundo Império e da República por que é o governo da classe operária, a classe contra quem estes regimes foram criados e se sustentaram ao unificar as frações burguesas e classes proprietárias em torno deste imperativo político. A Comuna também é a forma positiva da república social anunciada em fevereiro de 1848 e abortada pelo bonapartismo francês. (MACIEL, p.9)

Adiante, o autor destaca as medidas tomadas pela Comuna assim que erigiu seu poder, a saber: a supressão do exército permanente, das forças policiais com a substituição destes pelo povo armado; a instalação do sufrágio universal a serviço do povo para a eleição dos delegados da Comuna, com mandatos revogáveis a qualquer tempo, medida que se estendia para todos os cargos públicos, fossem estes cargos políticos ou de juízes e magistrados; o fim da hierarquia remuneratória, passando agora a vigorar para todo o funcionalismo público o mesmo patamar de salário de um operário; a separação do Estado e da igreja, tornando o ensino público laico e democrático<sup>5</sup>.

Apesar da breve duração da Comuna, de acordo com Pinheiro, foi possível contemplar a implementação de medidas que entraram para a história. As comissões de trabalho do Comuna - substituíram o executivo e o legislativo, e apesar de ser um único órgão, fazia com primor às vezes dos dois órgãos do poder liberal – “tiveram preocupações excepcionais com a justiça, segurança pública, finanças, instrução pública, medidas militares, saúde, trabalho e comércio, serviços públicos e relações exteriores”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Cf. MACIEL, p. 14.

<sup>6</sup> Cf. PINHEIRO, p. 5.

Sob a égide da Comuna, pode-se observar a diminuição drástica da ocorrência de delitos, já que a criminalidade é uma das mazelas resultantes do capitalismo – segundo Marx – e esta tinha acompanhado os capitalistas que empreenderam fuga de Paris com a deflagração do governo proletário. Todos possuíam trabalho, já que as fábricas que haviam sido abandonadas pelo patronato (a burguesia fugiu de Paris com a instalação do governo dos trabalhadores) foram todas entregues aos trabalhadores para que estes pudessem prover a demanda da Comuna, era o começo da destruição do aparato estatal burguês.

Nesta perspectiva, complementa Pinheiro:

As medidas e ações de natureza política definidas pela Comuna, principalmente aquelas advindas da comissão de trabalho e produção, avançavam na ruptura com a ordem burguesa – em consonância com as variadas formas de se analisar o processo de transição, dentro das ideias marxistas. Esse processo de transição pode ser apreendido como uma marcha da história que permite o entendimento dos embates democráticos, das lutas radicais, de guerra e revolução, da quebra do aparato de Estado da burguesia, da constituição dos trabalhadores como classe dominante, da socialização do poder político e da gestão coletiva da produção. (PINHEIRO, p. 6.)

É incontestável que a Comuna tinha muito a ensinar, e certamente traria grandes contribuições a respeito da teoria marxista de Estado, porém, sua duração não ultrapassou os 72 dias, vindo a ruir diante do exército de Thiers. Durante o tempo em que a Comuna se estabelecia e se organizava como o governo do proletariado, Thiers não descansou e costurou acordos com Bismarck e conseguiu reaver os 100 mil soldados franceses que haviam sido feitos prisioneiros no levante de Bonaparte III.

Empossado de seu exército, Thiers marchou contra Paris e houve uma carnificina geral, um massacre dos trabalhadores. A Comuna caiu, mas seus ensinamentos ficaram na história. Há sim a possibilidade de se fazer um governo do povo e para o povo, sem usar-se das hipocrisias da política representativa, um dos marcos teóricos “democráticos” do Estado liberal. O funcionalismo público deve atender as expectativas do povo, sendo incapaz disso, deve ser deposto, e novos agentes públicos devem assumir o lugar, como ocorria no executivo central da Comuna.

Em resumo, o pensamento marxista, consoante Bobbio<sup>7</sup>, tem por base a relação entre a economia e a superestrutura política, uma relação recíproca, onde a base econômica sempre prevalecerá sobre a política. O Estado assume um papel central ao desenvolvimento dos

---

<sup>7</sup> Cf. BOBBIO, 2007, p. 58.

interesses das classes dominantes, pois é através dele e da sua política que aqueles reproduzem seus interesses, o que sintetiza a “sociedade civil inteira de uma época”<sup>8</sup>.

Logo, para se conquistar o Estado, faz-se necessário primeiro tomar o poder político para impor o seu interesse como o interesse geral. Por fim, segundo Marx, a classe trabalhadora substituirá a sociedade civil, excluirá as classes e os antagonismos inerentes a estas, o poder político também deve desaparecer, já que ele é um dos aparatos estatais e também da burguesia para a perpetuação de seus interesses. Nas palavras de Tible, “o protagonismo do proletariado liga-se à abolição do Estado, sua ação é contra o Estado”<sup>9</sup>.

## **2. O ESTADO E A DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA**

### **2.1 O Estado e a sociedade civil**

No primeiro capítulo discutiu-se duas noções principais acerca do surgimento do Estado e da sua finalidade. Para os liberais, o Estado surge de um contrato de vontade entre os cidadãos e tem como finalidade a garantia da propriedade privada, da liberdade, da igualdade e do direito pelo indivíduo burguês a desfrutar a vida em si mesma em forma de propriedade privada. Enquanto que na leitura marxista, o Estado é tomado a partir de sua constituição histórica, e a partir do primado do desenvolvimento econômico, do avanço do trabalho e da consequente divisão social do trabalho com o surgimento das classes sociais. O Estado, então, desenvolve-se a partir da luta de classes.

Contudo, para alcançarmos o objetivo final deste presente trabalho que é uma breve análise sobre a correlação de forças no interior do Estado brasileiro, cujo engendrar de tais disputas da luta de classes desembocou no impeachment de 2016, é preciso entender o estágio atual de desenvolvimento do Estado, que obviamente difere qualitativamente do que foi caracterizado no primeiro capítulo. O Estado e a sua disputa pelas classes proprietárias e a classe trabalhadora brasileira será objeto de estudo dos capítulos seguintes.

Inicialmente, Bresser Pereira<sup>10</sup> destaca que o Estado é uma parte da sociedade. É a forma como se estrutura uma sociedade politicamente e organizacionalmente, assim, essa estrutura se

---

<sup>8</sup> Cf. TIBLE, 2014, p.69.

<sup>9</sup> Cf. TIBLE, 2014, p. 70.

<sup>10</sup> Cf. BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 86.

sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que se constitui como parte da mesma. Por outro lado, os positivistas conceituam o Estado apenas como uma entidade política soberana constituída por um povo e que habita determinado território.

Ao mesmo tempo em que o autor citado concebe a existência do Estado a partir da sociedade, nasce dela, mas está acima dela, também prevê a existência de outro organismo social dentro de um mesmo país, que é a sociedade civil. Segundo Bresser Pereira, a sociedade civil é formada pelas classes sociais, estamentos distintos da sociedade que têm diferentes acessos ao poder político efetivo. Desta feita, sintetiza o autor:

Em outras palavras, a sociedade civil é o povo, ou seja, o conjunto dos cidadãos, organizado e ponderado de acordo com o poder de cada indivíduo e de cada grupo social, enquanto que o Estado é o aparato organizacional e legal que garante a propriedade e os contratos.(BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 87)

Ademais, o Estado como uma organização burocrática é a única organização que goza do poder extroverso. Consoante Bresser Pereira, poder extroverso pode ser compreendido como o poder político que ultrapassa os próprios limites organizacionais do ente, isto é, a atividade legiferante do Estado não se destina exclusivamente à sua organização interna, mas, a sociedade como um todo.

Em razão desse poder extroverso, o Estado também é único detentor do uso da força, o único detentor do monopólio da violência “legítima”, possuindo como aparelhos seus a elite governamental, a burocracia, a força militar e a força policial.

Agora deve-se fazer uma reflexão. A quem pertence o Estado na atualidade? Bresser responderá que tal como era na época do nascimento do Estado liberal, hoje, as classes que dominam o Estado ainda são aquelas que controlam os meios de produção, que também são donos dos meios de produção e de comunicação. Contudo, ressalva, atualmente o Estado não se presta apenas a mero instrumento de uma classe dominante. O presente estágio de evolução das sociedades capitalistas criou relações mais complexas, concedendo um poderio antes inexistente ao indivíduo que possui conhecimento técnico e organizacional, possibilitando o surgimento de uma terceira classe, a classe média burocrática que passou a desempenhar papel de relevada importância no cenário de correlação de forças do Estado capitalista.

Do mesmo modo, continua Bresser, tem que ser destacado que a classe operária sofreu alterações no mundo contemporâneo, se qualificou, se dividiu em estratos, e ganhou aumento de poder através de organizações sindicais e do direito ao voto. Em decorrência do exposto, a

clássica luta entre burguesia e o proletariado ganhou novos contornos, não apresentando mais a existência de apenas duas classes.

Retomando a retórica sobre a sociedade civil, como já narrado outrora, temos que ela é constituída pelo povo de determinado país, sendo que, cada cidadão, embora seja considerado “igual” aos demais perante a lei, possui um grau de acesso diferente ao poder político. Conforme Pereira, um Estado só poderá ser considerado democrático quando a sociedade civil que convive com este também for democrática, já que a sociedade civil exerce seu poder sobre o Estado.

Desta forma, pode-se dizer que existem duas organizações dentro de um mesmo país na atualidade. Um sistema concentrado de poder organizado, personificado pela figura do Estado, e um sistema de poder difuso, no entanto, não menos efetivo, que é a sociedade civil. Na verdade, a sociedade civil é a forma pela qual as classes dominantes se estruturam e se organizam fora do Estado para conseguirem controlá-lo e pô-lo a seu serviço a exemplo do que ocorria com o Estado bonapartista, que emergiu sob a bandeira de um ente autônomo, indiferente a luta de classes, responsável por trazer uma breve paz social à França do século XVIII, mas, na verdade, era um instrumento da classe burguesa, o único que poderia naquele momento pacificar uma França em caos social.

O autor continua dizendo que a sociedade civil não se confunde com a população em si, apesar de ser formada pelo povo. Apesar de os cidadãos serem considerados formalmente iguais, a “sociedade civil é constituída pelos cidadãos organizados e classificados segundo o poder dos grupos ou associações a que pertencem”<sup>11</sup>.

Em conclusão, diz Bresser Pereira, o Estado pode ser compreendido como a estrutura a partir da qual os mais poderosos da sociedade civil se impõem, ou tentam impor sua vontade sobre os demais estratos da sociedade. Neste sentido, podemos esquematizar as ideias aqui apresentadas da seguinte forma: o Estado contemporâneo apresenta-se como um ente autônomo, embora surgido da sociedade, está acima dela e se diz dotado de interesses próprios que não se confundem com o das elites dirigentes – o que sabemos que não é verdade. Contudo, para dar maior concretude a essa ideia de ente autônomo, as classes dominantes se organizam por intermédio da sociedade civil que também abarca a existência das classes dominadas, mas tem como principal objeto, atender a demanda das classes dirigentes. Uma vez constituída, a sociedade civil impõe-se ao Estado, reduzindo este a reproduzidor de suas vontades. Toda essa

---

<sup>11</sup> Cf. BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 95.

intensa luta de forças é travada no seio da sociedade sem com que as classes dominadas em sua maioria tenham noção disso, é uma guerra invisível a maior parte da população. Não que essa guerra seja realmente invisível, em verdade, ela está estampada para todos verem, no entanto, devido às amarras ideológicas, grande parte da população, diga-se população dominada, padece as mínguas devido a sua cegueira. Cegueira essa que é fruto da dominação ideológica do Estado. Convém agora explorar o Estado e seus aparatos ideológicos, bem como o termo ideologia, onde os ensinamentos de Althusser e Marilene Chauí irão nos guiar por essas veredas.

## 2.2 Os Aparatos Estatais de Dominação

Para compreender o pensamento de Althusser, é preciso partir do conceito que o filósofo tece acerca da infraestrutura e superestrutura de Marx. A infraestrutura será designada pela base econômica, que é a “unidade das forças produtivas e das relações de produção”<sup>12</sup>, já a superestrutura é formada por dois níveis diferentes, o direito o Estado e a ideologia.

A partir desse pressuposto, Althusser ilustra seu pensamento de como se estrutura a sociedade de forma didática através da metáfora do edifício. Imaginemos um edifício. Sua base é formada pela infraestrutura, sob a qual se erguem os dois pilares da superestrutura, isto é, o direito e o Estado de um lado e a ideologia doutro.

Com o emprego dessa metáfora, o filósofo marxista tinha como objetivo:

representar a determinação em última instância pelo econômico. Esta metáfora espacial tem pois o efeito de afetar a base de um índice de eficácia conhecido nos célebres termos: determinação em última instância do que se passa nos andares (da superestrutura) pelo que se passa na base econômica. (ALTHUSSER, p. 27).

Portanto, a análise tópica marxista que é apresentada por Althusser tem o propósito de demonstrar que é a base – as relações econômicas – que determina, em última instância, todo o edifício que, como se sabe, se constitui pelas relações de produção situadas na base econômica da sociedade, sendo que o direito, o Estado e a ideologia e também a cultura, assim agregados, se situam e são constitutivos da superestrutura. Adiante se verá que a ideologia que se desdobrará como aparato de dominação estatal difere do poder coercitivo que se dá pelo uso do monopólio da força.

---

<sup>12</sup> Cf. ALTHUSSER, p. 25.

Recuperando deste modo, o conceito de Estado marxista clássico que toma o Estado como instrumento das classes dominantes para submeterem as classes dominadas a exploração capitalista, Althusser adentra a temática do aparelho de Estado. E afirmar que o aparelho estatal não compreende apenas o aparelho especializado, que é dado pela prática jurídica, pela polícia, tribunais, prisões e o próprio exército. Há também a existência de um aparelho ideológico complexo que é por meio do qual o Estado exerce o seu maior grau de dominação e coerção, pois essa forma de dominação se dá “silenciosamente”, sem causar o alarde que o aparelho jurídico-militar provoca, que é também, a forma mais efetiva de dominação, pois a classe operária sem saber que está sofrendo esse tipo de dominação, fica impossibilitada de revoltar-se contra o mesmo, e conseqüentemente de destruí-lo.

De acordo com filósofo francês, os aparelhos ideológicos do Estado não se confundem com os aparelhos repressivos, pois estes são compreendidos pelo: governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, entre outros. Já os primeiros são um determinado número de realidades que se apresentam-se sob a forma de instituições distintas e especializadas, destaca o autor como aparelhos ideológicos do Estado: o AIE<sup>13</sup> religioso (dados pelas diferentes igrejas); o AIE escolar (dado pelas escolas públicas e particulares); o AIE familiar, o AIE jurídico (segundo o autor, o sistema jurídico pertence tanto ao aparelho repressivo quanto ao aparelho ideológico do Estado); o AIE político (dado pelo sistema político e pelos diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (dado pela imprensa, rádio, televisão, os veículos de comunicação) e o AIE cultural (dado pelas letras, filmes, livros, pelas belas artes, pelos esportes).

Elencados os aparatos ideológicos do Estado, Althusser continua a descrever as diferenças entre o aparato repressivo estatal e o aparato ideológico. De acordo com o intelectual francês, o aparato repressivo do Estado é uno, e se materializa pela instituição jurídica, com as forças policiais sendo subordinadas a esse aparato jurídico. Por outro lado, os aparelhos ideológicos são pluralistas, existem várias formas diferentes de se dominar através da ideologia. O aparelho repressivo além de ser uno, pertence exclusivamente ao Estado. Já os aparelhos ideológicos encontram-se espalhados pelo domínio privado, exemplo disso, pode-se citar: as igrejas, os sindicatos, as escolas privadas, os veículos de comunicação e informação, entre outros.

---

<sup>13</sup> AIE: sigla usada por Althusser para abreviar a expressão aparelho ideológico do estado.

Para além dessa distinção entre os aparatos estatais, o que realmente importa é a forma como eles agem, como funcionam, e como isso produz a realidade social de uma determinada época. Neste sentido, elucida Althusser que, apesar do aparato repressivo estatal funcionar predominantemente pelo uso da violência, não o faz puramente, pois em um segundo plano, haverá também a ação da ideologia. Como exemplo disso, cita o ilustre pensador a questão do exército e da polícia, para que esses instrumentos do aparato repressivo funcionem com eficácia é preciso um grau de coesão e de reprodução de valores que só será possível através de uma ideologia una e resistentemente impregnada no subconsciente daquela classe.

Semelhantemente ao caso do aparelho repressivo, o aparelho ideológico não realiza sua dominação exclusivamente pela ideologia. Num primeiro plano, sim, o que impera é a dominação ideológica, mas num segundo plano, há também a repressão nestes aparelhos. Exemplo disso são as sanções impostas aos alunos desordeiros pelas escolas, as exclusões e sanções aplicadas pelas igrejas, a censura impregnada no aparelho cultural.

Conforme ensinamentos do pensador francês, é necessário entender essa associação dos aparatos estatais, pois, em muitos exemplos do cotidiano, é possível notar essas combinações sutis entre o aparelho repressivo do Estado e o jogo dos aparelhos ideológicos do Estado.

Neste sentido, assevera Althusser:

Se os AIE funcionam de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na ideologia dominante, que é a da classe dominante... Se quisermos considerar que em princípio a classe dominante detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de alianças de classe ou de frações de classes), e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é ativa nos aparelhos ideológicos do estado. (ALTHUSSER, p. 48).

Em que pese a diferença das dominações exercidas pelos diferentes aparelhos do Estado, o fato é que não se pode ocultar a identidade desse sistema, qual seja, nenhuma classe que anseie preponderar por muito tempo à frente da direção do Estado poderá fazê-lo sem antes deter de forma hegemônica os aparelhos ideológicos de Estado.

Após construir o conceito de aparelhos do Estado, Althusser descreve qual seria a finalidade destes. Segundo o filósofo, o papel do aparelho repressivo de Estado – que se dá por intermédio do uso da força – é possibilitar as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são sinônimas das relações de exploração. Os aparelhos ideológicos, que como

já foi dito, são os que possibilitam a maior parte das relações de dominação, são também os maiores responsáveis pela própria reprodução das relações de produção.

Através dos aparelhos repressivos do Estado, os aparelhos ideológicos recebem guarida. Por quê há essa guarda dos meios ideológicos pelo aparato coercitivo? Ao que responde o autor, são os aparelhos ideológicos por intermédio da construção de uma ideologia dominante que asseguram a “harmonia” entre a dominação Estatal e os dominados, vez que são encarregados de fazer valer o cerne falacioso do Estado bonapartista, o qual se reproduz nos Estados atuais, ou seja, o sentido de se constituir como ente autônomo e indiferente às paixões classicistas. Tese que, se prospera, o faz consoante escamotear-se, do mesmo modo que também o Estado bonapartista ao esconder realidade de dominação, os Estados atuais também atuam nesse mesmo sentido, esconder a realidade de sua parcialidade na garantia dos interesses particulares de determinados grupos e classes sociais.

Posteriormente, ao analisar a passagem do Estado de tipo feudal para o Estado burguês, Althusser releva que enquanto no primeiro vigorava a junção do aparelho religioso com o aparelho familiar – os quais eram responsáveis pela maior parte da reprodução ideológica daquele tipo de Estado – no Estado burguês, o duo que irá emergir com maior força será o do aparelho escolar e familiar. Portanto, “foi o aparelho escolar, que de fato substituiu nas suas funções o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, isto é, a igreja”<sup>14</sup>.

As razões para a burguesia ter eleito a escola como sua principal fonte de disseminação ideológica eram notórias. É a escola que tem a função de receber as crianças de todas as classes sociais desde a mais tenra idade, e, é também responsável por ensinar-lhes os saberes práticos que são completamente envoltos pela ideologia dominante. As crianças são condicionadas a aceitarem o “status” de operárias, sendo que a maior parte abandona desde cedo a sua qualificação para atenderem as demandas por operários do mercado e preencherem os quadros de médios e pequenos empregados. Os poucos que ascendem ao cume, ressalta Althusser, caem no semidesempregado intelectual ou então têm de vender suas forças de trabalho para os agentes exploradores dos “intelectuais do trabalhador coletivo”, aos agentes de representação (policiais, militares, políticos e administradores) e os profissionais da ideologia (“os padres de toda a espécie, a maioria dos quais são ‘laicos’ convencidos”<sup>15</sup>).

---

<sup>14</sup> Cf. ALTHUSSER, p.62.

<sup>15</sup> Cf. ALTHUSSER, p. 65.

À medida que as massas vão ficando pelo caminho, são condicionadas ideologicamente para ocupar o papel que elas deverão desempenhar na sociedade. Nas melhores palavras de Althusser, aquele que deve desempenhar:

papel de explorado (com consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as relações humanas); de agente da repressão (saber mandar e ser obedecido “sem discussão” ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos); ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convêm, acomodados às subtilezas da moral, da virtude, da transcendências, da nação). (ALTHUSSER, p. 65-66).

O aparelho ideológico escolar possui uma colocação privilegiada em comparação com os demais, pois, é o único que goza de um vasto tempo de audiência obrigatória. Segundo o ilustre pensador francês, a escola é o único aparelho estatal onde o indivíduo é obrigado a permanecer de 5 a 7 dias por semana, à razão de 8 horas por dia, sob a formação social capitalista.

Em síntese, para Althusser, a escola condiciona o indivíduo através de alguns saberes práticos que chegam até eles envoltos de massiva ideologia da classe dominante. Esse condicionamento do indivíduo é responsável pela perpetuação em grande parte da reprodução das relações de produção de uma formação social capitalista. A escola é apresentada como um meio neutro, despido de qualquer ideologia, com professores que ensinam a consciência, a liberdade, a moral e a responsabilidade de adultos as crianças, esse, é o instrumento ideológico mais eficiente encontrado até então pelas classes dominantes burguesas. Claro que não são todos os professores que corroboram com esse estado de coisas, mas em geral, a parcela que luta contra a perpetuação da dominação ideológica das classes burguesas se encontra na parte mais difícil de acesso acadêmico, que são as faculdades, onde grande parte da massa já se dissipou antes de chegar efetivamente a tais ensinamentos. Bem verdade é também que, em muitos casos, os professores da considerada educação básica sequer têm noção do papel que desempenham, pois, envoltos na ideologia dominante, acabam por tomá-la como algo natural e necessário, e não veem que há formas de se resistir a esse sistema.

Por todos os motivos expostos, a burguesia elegeu a escola como seu principal meio de disseminação ideológico após a instauração do Estado burguês, mas que atualmente cede espaço para o aparelho ideológico da informação, ou desinformação, seria o mais correto, como pode-se observar, em sociedades com baixos índices de formação intelectual, indivíduos que

não buscam uma autocrítica, que não buscam entender sua própria realidade, são presas fáceis ao surgimento de um novo fenômeno ideológico denominado por “fake News”.

### 2.3 A dominação ideológica

Em complemento ao exposto por Althusser, Marilena Chauí elabora uma discussão conceitual acerca do fenômeno da ideologia, se propondo em um plano marxista, uma confrontação a um quadro social mais recente do que o analisado por Althusser, já que suas obras distam quase 50 anos, período histórico este em que a sociedade como corpo sócio-orgânico sofreu alterações, as quais Chauí busca desnudar e analisar.

Chauí inicia sua análise da ideologia afirmando que esta surge com o início do Estado – não com o Estado burguês propriamente dito, pois a ideologia já desempenhava importante papel no Estado feudal, corroborando com a dominação ideológica das classes dominantes a época – sendo a partir da divisão entre trabalho material e intelectual que surge o conceito da autonomia das ideias, isto é, como se o plano ideológico estivesse apartado do plano real em que viviam os homens. Logo, esse plano ideológico também era indiferente à separação dos homens em classes sociais, a própria luta de classes, aos interesses privados das classes dominantes, e que se personificaria sob a forma do Estado.

Por tal razão, o Estado surge como a concretização do interesse geral – aquela ideia de ente autônomo muito bem incorporada pelo bonapartismo –, mas na verdade, adverte a celebre autora, “ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade ganham a aparência de interesses de toda a sociedade”<sup>16</sup>.

Dessa forma, Chauí percebe o Estado como uma comunidade ilusória, isto, porque os sujeitos sociais precisam dele assim. É necessário a figura de um ente unificador dos interesses sociais, já que, somente com a ocultação das divisões sociais é possível tolerá-las. E esse papel de ilusionista ficará a cargo justamente do Estado.

Repetindo o que já foi dito por Bresser Pereira no primeiro tópico deste capítulo, o Estado é a expressão política da sociedade civil, sendo que a sociedade civil é dada pela luta de classes, onde o interesse apresentado como geral na realidade reflete majoritariamente apenas o interesse das classes dominantes.

---

<sup>16</sup> Cf. CHAUI, 2008, p. 66.

Como instrumento político da sociedade civil, o Estado precisa realizar a função de apaziguar as contradições sociais internas e ao mesmo tempo regular a sociedade. Portanto, sua forma de dominação deve ser impessoal e anônima. Essa forma especial de dominação será exercida pelo aparato jurídico, pelas leis, pelo direito. Desta forma, o Estado como um ente que se diz regulado estritamente pelas leis, poderá se levantar como um poder autônomo, não pertencente a ninguém. É neste momento que surge a concepção histórica de Estado, com fases e estágios próprios. É aqui também que surge a ideologia política que buscará explicar a sociedade através dos regimes políticos.

A sociedade civil como fruto das relações contraditórias entre as classes sociais, é também fruto da luta de classes, que não ocorre fundamentalmente apenas por intermédio do confronto armado de classes, posto que nas relações sociais cotidianas, tal confronto ou sua maior parte e mais significativa se localizar nos procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais, os quais a classe dominante faz uso para manter sua hegemonia.

Para exemplificar o exposto, afirma Chauí:

se a história é história da luta de classes, então a sociedade civil não é A SOCIEDADE, isto é, uma espécie de grande indivíduo coletivo, um organismo feito de partes ou de órgãos funcionais que ora estão em harmonia, ora estão em conflito, ora estão bem regulados, ora estão em crise. A sociedade civil concebida como indivíduo coletivo é uma das grandes ideias da ideologia burguesa para ocultar que a sociedade civil é a produção e reprodução da divisão de classes e é luta de classes. (CHAUÍ, 2008, p.71).

A classe burguesa como dominante detém o domínio sobre os meios ideológicos de produção de conhecimento. Através dos seus intelectuais, ela irá produzir ideias que serão difundidas por todo o corpo social, e as demais classes debaixo de um manto alienatório irão tomar tais ideias como verdades inquestionáveis.

Neste sentido Chauí destaca três aspectos, os quais, segundo ela, tornam a ideologia um obstáculo difícil a ser transposto. Primeiro, a ideologia cria a suposição de conceitos eternos, isto se dá pela separação entre trabalhadores e pensadores. Segundo a filósofa, enquanto se perdurar o ideário burguês onde a classe operária, o trabalhador “não pensa” ou “não sabe pensar”, e o pensador for aquele que não trabalha e se detém apenas a pensar, a ideologia não poderá ser superada.

Um segundo aspecto diz respeito ao conhecimento da história real. Enquanto o homem não buscar conhecer a sua realidade social, como ela é produzida, o porquê dela ser assim, resignando-se a apenas aceitar a sua realidade social como produção de forças alheias à sua

vontade (deuses, natureza, razão, Estado, destino), ele estará fadado a ser dominado pela ideologia. Para a autora, o desenvolvimento de um pensamento crítico é fundamental para a quebra de uma dominação ideológica.

O último aspecto elencado pela pensadora que torna as amarras ideológicas quase inquebráveis, é o fato de que a ideologia oculta das grandes massas dominadas a luta de classes. A dominação real é o principal objeto que a ideologia tem que camuflar. Enquanto os homens aceitarem seu destino como algo que lhes está posto desde seus nascimentos, como decorrência da ação de entidades superiores a eles, estes aceitarão de bom grado aquela situação como legítima, legal e se submeterão a ela.

Foi a divisão social do trabalho que construiu um abismo entre os homens classificando-os em proprietários e não-proprietários, o que ensejou também num domínio dos primeiros sobre os segundos. Desde então, os não-proprietários são dominados e explorados economicamente, politicamente e socialmente. De acordo com Chauí, essa exploração – que iniciou com o nascimento do Estado burguês, no século XVIII – só perdurou por tanto tempo graças aos instrumentos que permitem com que a classe burguesa se imponha politicamente. Os dois instrumentos que permitem essa hegemonia política são o Estado e a ideologia.

O Estado, também desempenha um papel de aparato coercitivo, como se depreende da discussão de Chauí quando esta afirmar ser,

através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas. O grande instrumento do Estado é o direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito”. O papel do direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não-violenta deve ser aceita. (CHAUÍ, 2008, p.83).

Nesse sentido é que se pode levantar a hipótese afirmativa, a de que as leis são apresentadas como o direito das classes dominantes e um dever para as classes dominadas. Devido a cegueira causada pela ideologia, os dominados não vêem a contradição central da realidade em que vivem e sob a qual estão inseridos e ‘mantidos’, pois se a percebessem, se desta tivessem conhecimento e a partir daí compreendessem o verdadeiro papel do Estado, certamente haveria uma revolta massiva, o que coloria em risco a hegemonia das classes dominantes.

Eis, portanto, neste sentido, o fato de a ideologia manifestar-se com a intencionalidade de camuflar a realidade fática social. É através da ideologia que a dominação do Estado de

direito é tida como legítima e justa pelos homens e o que a torna aceitável. Como a ideologia consiste em apresentar conceitos imaginários como se concretos fossem, possui a função estrutural de alterar a realidade do Estado pela ideia do Estado, isto é, a ideologia “substitui a realidade do Direito pela ideia do direito – ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação ou ideias dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos”<sup>17</sup>.

Chauí, em concordância com a discussão sobre o fenômeno ideologia de autores que inspiram a presente monografia também concebe que as ideias dominantes em uma dada sociedade, serão sempre as ideias da classe dominante da época em questão. A ideologia tem esse condão de representar o pensamento da classe dominante de uma determinada época como o pensamento de toda a sociedade. Portanto, “a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes sociais, tornam-se ideias dominantes”<sup>18</sup>.

Por obra da ideologia, as classes dominadas deixam de pensar – pois não têm compreensão da luta de classes – e apenas tomam o pensamento da elite como se seu também fosse. Por intermédio dos aparatos ideológicos de dominação, a classe dominante planta no subconsciente das classes dominadas o seu pensamento como o mais justo, legal, moral e aceitável, isso se dá pela educação, pela religião, pelos costumes, pelos meios de comunicação e principalmente, pelo direito.

Embora as ideias disseminadas e ou apreoadas pela ideologia dominante não sejam correspondentes à realidade contraditória e conflitiva, elas são convertidas em ‘verdades’, como se representassem de fato a realidade, isso se dá através da ação ideológica, posto a ideologia constituir-se, por excelência, nos mecanismos de criação e disseminação diárias de princípios universais abstratos, ou seja, contendo validade para todos os indivíduos, indistintamente. Nesse sentido, afirma Chauí, uma ideologia funcional opera por meio da,

transformação das ideias particulares em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das ideias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não universalidade humana. As ideias da ideologia são, pois, universais abstratos. (CHAUÍ, 2008, p. 86).

Em síntese, a ideologia resulta da divisão social do trabalho, especificamente, da separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Essa separação estabelece uma

---

<sup>17</sup> Cf. CHAUÍ, 2008, p.84.

<sup>18</sup> Cf. CHAUÍ, 2008, p. 85.

autonomia do trabalho intelectual em face do trabalho material. As ideias autônomas dos intelectuais emergirão como as ideias da classe dominante de uma determinada época. Logo, a ideologia é um instrumento de dominação de classe que tem suas raízes na luta de classes. A luta de classes por sua vez, originou-se da separação entre proprietários e não-proprietários. Os conflitos inerentes à luta de classes não devem ser vistos apenas como os conflitos armados, mas também sob o enfoque dos procedimentos institucionais do Estado, que podem ser: jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, religiosos e artísticos. Esses aparatos estatais estarão sempre à disposição das classes dominantes, e, é através destes que elas perpetuam sua dominação.

Eis a razão pela qual Chauí afirma constituir-se a ideologia em um instrumento de classe, da classe dominante. Uma vez que a ideologia tem essa finalidade de esconder aos olhos das classes dominadas a dominação e a exploração que elas sofrem, se não fosse assim, haveria revoltas e a hegemonia das classes dominantes estaria ameaçada. A ideologia oculta a realidade, que é contraditória, e extensa e intensamente permeada por conflitos sociais, econômicos, políticos e jurídicos reais, e que visa a transformação das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todas as classes. A universalidade dessas ideias não passa de uma abstração, devido tal ideologia criar e manter uma rede imaginária de ideias e valores que não levam em consideração a realidade da divisão social, por isso, são inalcançáveis. Portanto, em concordância com Chauí, pode-se afirmar que a ideologia é também uma ilusão necessária à dominação de classe da burguesia.

#### 2.4 A dominação ideológica sob o enfoque jurídico

Sob o mesmo enfoque, Lyra Filho em uma análise do direito como instrumento ideológico de dominação, ressalta que a lei sempre emana do Estado, e este, por sua vez, está diretamente ligado às classes dominantes, pois o Estado como organização política da sociedade civil fica sob o controle dos donos do processo econômico, dos proprietários dos meios de produção.

Segundo Lyra Filho, a confusão entre as leis e o direito faz parte do repertório ideológico do Estado. Em consonância com a análise desenvolvida por Chauí, afirma ele que o Estado tenta convencer-nos de que não existem mais contradições, que o poder judiciário e as leis atendem aos interesses da sociedade como um todo, e não de uma camada em detrimento de

outra, portanto, o que vem do Estado é imaculadamente jurídico, e não há que se falar em direito além ou acima das leis.

Contudo, essa não é a configuração da realidade social, econômica, política e jurídica vivida pelos indivíduos reais e históricos. Para se chegar a uma compreensão mais específica com relação a esse jogo de forças, faz-se necessário empreender uma análise crítica do direito como aparato ideológico de dominação.

Tomando a ideologia como uma crença falsa, uma deformação inconsciente da realidade, Lyra Filho salienta que a ideologia apresenta “a ilusão duma certeza tal que nem achamos necessário demonstrá-la”<sup>19</sup>. Pelo fato do indivíduo se achar inserido em um meio ideológico, ele acaba pensando a partir deste meio sem questioná-lo, no entanto, é possível que se desenvolva uma desideologização a partir da construção de um senso crítico tendo em vista a superação deste estado atual de situações sociais e coisas.

O indivíduo dominado pela ideologia acaba por ser um veículo de disseminação ideológico, todavia, ele não o faz imbuído de má-fé, pois não tem noção do que está propagando, já que a ideologia atua como uma “cegueira parcial da inteligência entorpecida pela propaganda dos que a forjam”<sup>20</sup>.

De acordo com Lyra Filho, o indivíduo dominado não cria a ideologia, ele apenas absorve aquelas já criadas. Diante disto, o jurista brasileiro toma a ideologia como uma instituição social, algo que se cria, se manifesta na sociedade e não é criado pela cabeça de um ou outro indivíduo, mas que derivam sim dos próprios processos produtivos de mercadorias, os quais gestam em simultâneo, os trabalhadores assalariados e as próprias elites dominantes. E por necessidade de manter seus privilégios dentro do sistema de produção e apropriação das riquezas, é que estas elites dominantes disseminam seus ideais como se pertencessem a toda a sociedade.

Neste aspecto Lyra Filho elabora uma crítica ao termo utilizado por Althusser quando este intitula os aparatos de dominação estatal como aparelhos ideológicos. Para Lyra Filho, esse termo pressupõe uma forma mecânica de atuação estatal, onde o homem seria apenas um “boneco inerte” fatalmente preso as pretensões externas.

Data vênia, acreditamos que ao contrário do que pressupõe Lyra Filho, as duas concepções de ideologia apresentadas, tanto por ele, quanto por Althusser, na verdade, são complementares, afinal, como se mostrou pelos eventos políticos e sociais recentes no Brasil,

---

<sup>19</sup> Cf. LYRA FILHO, 1999, p.9.

<sup>20</sup> Cf. LYRA FILHO, 1999, p. 9.

uma população sem senso crítico está fadada a ser dominada sem sequer ter ciência disto, e, em razão dessa cegueira, também terá seu destino traçado de forma mecânica. Tomemos a celebre frase de Marx, “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” define bem a questão, pois se tomarmos um povo sem ciência de si, sem conhecimento de sua história, sem saber seu lugar no mundo, inevitavelmente ele estará condenado a repetir seu passado no futuro até que se aprenda com os erros e não venha a cometê-los novamente, algo que parece um desafio hercúleo para o povo brasileiro. Em razão disso, é necessário a formação de cidadãos conscientes para que a população em sua vasta maioria completamente cega pelas amarras ideológicas possa experimentar a desideologização e assim como a burguesia mudou para sempre seu destino com a revolução liberal, possam também, as classes trabalhadoras brasileiras, compreender o sistema no qual estão inseridos, se revoltarem contra ele, e por fim, se organizarem como classe social, consciente de si para si e tomem o leme das discussões e decisões sobre suas condições de vida econômica-social, política e jurídica e inaugurem nova era, a da sua libertação e emancipação como sociedade e Estado.

Consequente com sua concepção dialética da sociedade e Estado condicionados pelo modo de produção capitalista, os quais desenvolvem mecanismos de ocultamento às próprias contradições socioeconômicas, Lyra Filho, sinaliza para o entendimento de que as contradições são inerentes às estruturas sociais e como tais, são maximizadas pelas crises estruturais do capitalismo, o que por sua vez influencia e condicionam ao florescimento de um pensamento crítico por parte de parte dos grupos e classes sociais trabalhadoras, ou seja, em que pese a manifestação maciça da ideologia dominante sobre todos os canais de comunicação social que pesam sobre as classes subalternas da sociedade, estas também tem reforçado sob o peso da expropriação possibilidades concretas de uma conscientização social. Assim sendo, conforme Lyra Filho,

Não adianta ver que “o mundo está errado” e encolher os ombros, fugindo para algum “paraíso artificial”, no porre, no embalo, no sexo obsessivo ou na transferência de qualquer atuação positiva para mais tarde, noutra vida, no “além”. E quando falamos em práxis é evidente que ela pode ser também de maior ou menor amplitude; mas a atitude modesta, limita mesmo, já é uma forma válida de participar pelo discurso, pelo voto, pela arregimentação, pela ajuda material e moral a espoliados e oprimidos. (LYRA FILHO, 1999, p.13.)

Com a compreensão de Lyra Filho, acerca da necessidade de encaminhamentos no sentido de uma práxis conscientizada, mesmo que mediante atitudes modestas e limitadas em reconhecer as contradições sociais, mas que destas haja distância deliberada por decisão

conscientizada dos indivíduos, salienta outro importante aspecto da problemática da subalternidade trabalhadora brasileira. A do pequeno número de trabalhadores que detém a percepção do que acontece a sua volta, ao que tudo indicar preferirem se acomodar aos prazeres e mazelas da vida do que partir para a ação na tentativa de mudar o quadro em que se encontram.

Com a análise das duas principais vertentes do direito usado pelas classes dominantes para se imporem no interior da sociedade durante sua trajetória capitalista e liberal na história, Lyra Filho afirma que sob a vertente positivista, seus doutrinadores e teóricos buscam reduzir o direito à ordem estabelecida como lei, enquanto que sob a vertente do jusnaturalismo, que considera o direito ao nível do plano das normas ao mesmo tempo em que também o próprio direito decorre da ação dessas normas. Assim é que o direito, passa a ser considerado bom, válido e legítimo.

Para aprofundar sobre a compreensão do positivismo, pressuposto do Estado de direito, no atual estágio de desenvolvimento do Estado capitalista, há que se considerar o positivismo enquanto escopo que visa captar o direito apenas como ou só aquilo que é reduzido às normas, e como tal, a garantia de que as normas sociais não sejam positivadas sejam usadas apenas utilizadas como a ordem pela qual as classes dominantes possam se exprimir acima, abaixo e ao lado da legalidade, sempre que for necessário eliminar conflitos que a ordem legal esteja impossibilitada de resolver. Isto se baseia no fato de não existirem normas que regulem a luta de classes, por a não conceberem (ou aceitar explicitamente) como existente, isto é, para o direito positivo, objetivamente, a luta de classes não existe. Se não existe luta de classes, não há porque o direito preocupar-se com seus desdobramentos sociais, e, é justamente nesse aspecto, que as classes dominantes fazem-se sobressair ante as demais. Inclusive para lançar mão de mecanismos extra legalidade, com aparência de legalidade para convalidar mudanças de intervenção na economia e na esfera política. Sendo este o caso, para os denominados de golpes de Estado.

Por essa senda, é que os grupos e ou frações da classe dominante pavimentam as vias parlamentar e jurídica para fazer emergir e aplicar o estratagema de legitimação para o golpe a governos eleitos democraticamente. Isso, fundamentalmente devido o positivismo tomar como verdadeiro e legítimo apenas aquilo que se encontra normatizado, a ordem social estabelecida só pode ser mudada através das regras do jogo, que por sua vez, só se efetivará pela atividade legiferante estatal. Inclusive, este princípio ou aspecto pode acabar resultando em um grande problema para as forças controladoras do Estado, razão pela qual,

se as regras do jogo, apesar de todas as cautelas e salvaguardas, trazem o risco de vitória, mesmo pelas urnas e dentro dos canais da lei, de correntes reestruturadoras, o poder em exercício (pressionado pelas forças do sistema e pelo seu próprio gosto de ficar no topo da pirâmide) trata de mudar as ditas regras do jogo, empacotando outro conjunto de normais legais. É assim como se o árbitro criasse um novo caso de impedimento, no meio da partida. Isto quando time que não lhe é simpático já via toda a defesa adversária “furar” e cair, diante do jogador mais ágil, que está sozinho diante do goleiro e na iminência de fazer gol. (LYRA FILHO, 1999, p.20).

Apesar de Lyra Filho não concordar com a tese do direito apenas como um aparato estatal de dominação, como explicado anteriormente, essa passagem nos permite ver a efetivação da tese de Althusser novamente, porque o direito, ao mudar de forma arbitrária, para favorecer a determinados atores sociais, mesmo que isso signifique colocar a democracia num plano imaginário, certamente não hesitará em fazê-lo se necessário for, para perpetuar a hegemonia das classes dominantes.

A verdade é que o sistema de forças existente dentro do capitalismo é muito mais complexo do que o imaginado. Por exemplo, Lyra Filho diz que o chefe do poder estatal, ao se revelar muito receptivo à pressão popular pelas reestruturações sociais, a classe dominante não tardará em substituí-lo por outro, mais enérgico, mesmo que isso signifique a destruição de um ciclo de legalidade e enseje na substituição dessa legalidade por outra (de exceção, por exemplo).

Mesmo que num quadro mais adverso, a classe dominante de determinado país venha a sucumbir para a pressão popular, com a chegada de forças progressistas ao poder através das urnas, então, o sistema imperialista internacional não deixará de intervir neste país, patrocinando a resistência, desestabilizando governos, fornecendo dinheiro e até armas se preciso for, jogando por terra o princípio de autodeterminação dos povos e da soberania.

Neste último ponto, nem poderia se considerar a derrocada de um princípio, porque como já vimos no decorrer deste trabalho, por se tratar de dominação ideológica, é apenas uma abstração imaginária, não existe no plano da realidade essa apregoada independência entre Estados capitalistas, entre os considerados de primeiro mundo e os Estados capitalistas emergentes, localizados nas regiões de influência e dominação dos países de economia central. Aos países ditos emergentes, hão de se conformar em ser colônias dos primeiros, tal se configura a fórmula contemporânea do imperialismo no século XXI. Claro está que essa relação de dominação a nível internacional também tem sido camuflada, no plano cultural e econômico, pelo manto ideológico, que a tomará como algo utópico, afinal, a soberania interna, pressuposto do Estado capitalista contemporâneo “jamais” poderá sofrer restrições ou ameaças.

### 3. ANÁLISE DO IMPEACHMENT DE 2016 SOB A ÓTICA DA LUTA DE CLASSES.

#### 3.1 A luta de classes no Brasil no século XXI

Para se compreender a atual conjuntura do Brasil, antes, é necessário compreender a luta de classes no país, como ela se desenvolve, seus principais atores, e os papéis que eles irão desenvolver após a redemocratização, especificamente no segundo governo FHC e nos governos do campo democrático-popular, capitaneado pelos representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), o que irá culminar no autoritário espetáculo político-jurídico-midiático de 17 de abril e 31 de agosto de 2016<sup>21</sup>.

A obra “Reforma e crise política no Brasil – conflitos de classes nos governos do PT” de Boito Jr. nos servirá de norte neste primeiro momento.

O autor faz uma caracterização da sociedade civil brasileira, desmembrando-a em burguesia (que se fracionaria em duas grandes frentes: a grande burguesia interna e a burguesia associada ao capital internacional), a classe média (que também se fraciona, mas que apresenta sua grande força política na alta classe média que ocupará papel de destaque na crise institucional que o país enfrenta), e por fim, o proletariado, também denominado de massa marginal (possui subdivisões como as outras classes, mas foi uma classe que em sua grande maioria, desempenhou um papel secundário nos eventos de 2016).

Precipuamente, cumpre destacar os componentes das duas grandes frações da burguesia brasileira com ação no contexto do golpe de Estado. A grande burguesia interna é formada por grandes empresas de capital nacional, que estão divididos nos mais diversos setores da economia, como: construção naval, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação e o capital bancário nacional. A segunda fração, intitulada de burguesia associada ou integrada é “composta pelos grupos econômicos atuantes no Brasil que são de propriedade de capital estrangeiro e também pelas empresas de capital nacional que detém uma relação direta de dependência com esses grupos”<sup>22</sup>. Essa burguesia também conhecida como a burguesia rentista,

---

<sup>21</sup> Data em que foi aceito o pedido de instauração do processo de impeachment, pela Câmara dos Deputados, e data em que a presidente Dilma Rousseff, foi julgada e condenada pelo Senado Federal, respectivamente.

<sup>22</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 228.

se alastra pelos mais variados setores da economia brasileira, representando grande parte da indústria de bens de consumo duráveis.

O governo Lula, ao contrário de seus predecessores, Governo Collor e Governo FHC, priorizou políticas que promoveram a ascensão política da grande burguesia interna brasileira. Foi a primeira vez que esse segmento burguês se viu prioritariamente representado politicamente após a redemocratização, “o projeto que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna poderia ser denominado neodesenvolvimentista”<sup>23</sup>.

Segundo Boito Jr., o neodesenvolvimentismo pode ser compreendido como o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico. Essa nova forma de desenvolvimentismo foi pautada pelo governo Lula nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários, de recursos naturais, e naqueles casos da indústria de transformação, pautou-se nos segmentos de baixa densidade tecnológica.

Como resultado dessa política neodesenvolvimentista, a grande burguesia associada, preterida por esse modelo neoliberal, fez oposição ferrenha durante todos os governos petistas, alinhando-se a partidos de extrema direita, tendo o PSDB como seu maior representante político em Brasília.

Lula conseguiu através de suas políticas neodesenvolvimentistas e de transferência de renda, conciliar uma frente unificada entre a grande burguesia interna e o movimento operário e popular, o que lhe permitiu governar por 8 anos e ainda conseguir eleger Dilma Rousseff como sua sucessora por dois mandatos consecutivos. Deve-se salientar que essa frente unificada construída por Lula era extremamente instável e permeada de contradições. O proletariado personificado pela massa marginal de trabalhadores não via com bons olhos a política neodesenvolvimentista que enchia de regalias a grande burguesia interna, desejando a regulamentação de direitos trabalhistas, como a melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, são apenas algumas das reivindicações dessa classe. Por sua vez, a grande burguesia não se mostrava nada satisfeita com as concessões que o Governo Lula dava aos setores populares da classe trabalhadora através de suas políticas de transferência de renda.

Em que pese tantos desejos díspares, tanto a grande burguesia interna quanto o movimento operário e os trabalhadores marginais tinham ciência de que a oposição formada pela burguesia associada ao capital internacional e PSDB não preservaria seus interesses como

---

<sup>23</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 57.

o fazia o Governo Lula, por isso ambas as classes fizeram o sacrifício de unir-se em prol do Governo que melhor atendia seus interesses. Claro que nessa balança a grande burguesia interna ainda que não contente, logrou mais êxitos que o proletariado, já que o Governo Lula se manteve inerte quanto a regulação do mercado de trabalho requerida pelo movimento operário, assim como não aprofundou-se muito na recuperação dos serviços públicos e dos direitos sociais. O Governo traçava suas políticas de forma a impor os menores sacrifícios possíveis a grande burguesia interna, favorecimentos que ela não teria força para obter no governo oposicionista, razão pela qual viu-se representada pelos Governos Lula.

A burguesia interna brasileira possui uma relação contraditória com o neoliberalismo. Conforme Boito Jr., essa camada da burguesia apoia firmemente a política de desvalorização salarial, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes de direitos sociais, em setores como a saúde pública, previdência pública e a educação, notadamente pautas defendidas pela totalidade da burguesia, não apenas a interna. Contudo, o que diferencia a grande burguesia interna da burguesia rentista é que a primeira oferece resistência a prática de pontos cardeais da política econômica neoliberal, como a abertura comercial, que trazia riscos ao mercado interno dominado por esse segmento burguês a partir do desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, os diversos setores da grande burguesia interna brasileira irão requerer do Estado proteção as suas atividades empresariais. A indústria requer a preferência do mercado nacional pelos produtos produzidos pela indústria nacional, isto é, pleiteiam proteção alfandegária; os banqueiros almejam a limitação do ingresso de capital estrangeiro no seu setor; o setor de produção de etanol requisita a associação da Petrobras a atividade desenvolvida por estes, para que possam ter chances de fazer frente ao capital internacional; o setor de produção naval reivindica a preferência do Governo em adquirir estaleiros nacionais e por fim, o setor ligado a construção pesada tem como interesse que o Governo através de sua ação política e comercial no exterior lhe forneça meios para conquistar mercados internacionais, bem como ofereça proteção a sua atividade desempenhada em terras estrangeiras.

É notório pela passagem acima que a burguesia interna brasileira só busca o seu melhor interesse, defendendo um Estado mínimo para o movimento operário e popular, para a massa marginal, mas em contrapartida, exige a ação de um Estado altamente interventor nas áreas de seu interesse.

Foi esse um dos fatores que fez com que a grande burguesia interna brasileira, em sua maioria, rejeitasse a proposta de governo empreendida pela extrema direita personificada pelo PSDB em 2002. Consoante Boito Jr., apesar de os dois governos de Fernando Henrique Cardoso

não serem homogêneos, pode-se dizer que ambos priorizaram o interesse da burguesia associada e do capital financeiro internacional.

Durante o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, este obteve resultados positivos na sua implementação de reformas neoliberais, promovendo forte redução das tarifas aduaneiras, somado à moeda nacional recém implementada (o real) que estava supervalorizada, conseguiu promover amplamente o crescimento de importações de bens manufaturados intermediários e finais. Para se ter noção, em 1990 a alíquota média das tarifas de importação era de 40% e a mais frequente de 32,2%, no Governo Collor esse valor caiu para 20%, no início da era FHC, de plano, o tucano diminuiu a alíquota para 12,6% e a mais frequente para um percentual próximo de 2%<sup>24</sup>. Óbvio que tal política de fomento da importação destruiu o processo de industrialização interno, o que fez a balança comercial brasileira apresentar em apenas dois anos do Governo do PSDB, um déficit de 10 bilhões de dólares.

FHC também delegou grande importância a pauta neoliberal de privatizações. Iniciou seu programa de privatizações pelas siderúrgicas, em seguida pela indústria de fertilizantes, pelas indústrias químicas, chegando à privatização de bancos estatais, ferrovias, rodovias, das empresas de distribuição de energia, de telefonia, do serviço de esgoto, entre outros.

As políticas adotadas pelo Governo tucano em seu primeiro mandato culminaram na crise cambial de 1999. Como toda crise, observa-se a insatisfação de forma vultosa de todos os setores da sociedade, inicia-se então o processo de pressão ao Governo. Estas políticas neoliberais adotadas pelo Governo FHC promoveram a desindustrialização interna, isso não foi bem digerido pela grande burguesia interna, que elevou seu tom de inconformismo contra o Governo através das ações de seu principal personagem, a Fiesp (Federação das indústrias do Estado de São Paulo).

O inconformismo por parte da grande burguesia interna com o Governo FHC acabou por aproximar esse setor burguês do movimento operário paulista que organizava greves gerais a época contra o então Governo tucano. Por mais que existissem interesses difusos, naquele momento, os interesses similares convergiram na radicalização de uma oposição à abertura comercial e a política de juros praticada por Fernando Henrique. A construção dessa frente oposicionista contribuirá para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, bem como sedimentaria sua base governamental pelos 2 mandatos que esteve à frente da direção do país.

---

<sup>24</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 68.

Segundo Boito Jr., uma vez eleito, o Governo Lula teve no início de seu mandato uma tática defensiva, procurando não hostilizar o capital financeiro internacional. Sendo que o segundo Governo do petista foi marcado por uma tática mais ofensiva que resultou na implantação do neodesenvolvimentismo em contrapartida à prática neoliberal ortodoxa dos Governos psdbista de FHC.

Conforme preleciona o professor titular de ciência política da Unicamp, foi justamente a crise do mensalão ocorrida entre 2005 e 2006 que impulsionou o Governo Lula a lançar uma ofensiva de implantação da política neoliberal, nas próprias palavras do ilustre cientista político:

a chamada crise do mensalão (...) induziu o governo Lula a passar para a ação ofensiva na implantação da política neodesenvolvimentista. A desativação a frio da Alca, a diplomacia e a política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no Hemisfério Sul, o fortalecimento das relações da economia brasileira com as economias sul-americanas, o congelamento do programa de privatização, o fortalecimento econômico e político das empresas estatais remanescentes e o novo papel do BNDS na formação de poderosas empresas brasileiras nos mais diferentes segmentos da economia, essa política econômica configura um conjunto de medidas que tenda a priorizar os interesses da grande burguesia interna em detrimento, muitas vezes, dos interesses da burguesia compradora e do capital financeiro internacional. (BOITO JR, 2018, p. 70-71)

A partir de então, o segundo Governo Lula irá se caracterizar pela criação e fortalecimento de grandes grupos econômicos industriais. Foi a partir do uso do BNDS e da implementação de uma política de financiamento de créditos especiais com a participação do banco estatal como acionista das empresas patrocinadas que várias empresas brasileiras cresceram a expandiram suas fronteiras para mercados internacionais. Com base em dados compilados pelo cientista político da Unicamp, constata-se que das 20 maiores empresas brasileiras com atividades desenvolvidas no exterior, 17 eram financiadas pelo BNDS e possuíam o mesmo como acionista. Com a devida citação ao Professor Boito Jr., reproduz-se a seguir a tabela disponibilizada por este em sua integralidade para maior elucidação do que foi dito.

INVESTIMENTO DO BNDES E DOS FUNDOS DE PENSÃO DAS ESTATAIS  
NAS 20 MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS, SEGUNDO A RECEITA LÍQUIDA,  
QUE ATUAVAM NO EXTERIOR – ANO DE 2008

1	Petrobras	Participação direta da BNDESPar em 7,62% do capital
2	Petrobras Distribuidora	Controlada pela Petrobras
3	Companhia Vale	Participação direta da BNDESPar em 4,8% do capital e dos fundos de pensão Previ, Petros, Funcesp e Funcef no bloco controlador
4	Ambev	-
5	Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga	Vendida em 2007 para Petrobras, Braskem e Grupo Ultra
6	Braskem S.A.	Participação direta da BNDESPar em 5,22% do capital
7	Companhia Siderúrgica Nacional	Participação direta da BNDESPar em 3,64% do capital
8	Gerdau Aços Longos S.A.	Participação direta da BNDESPar em 3,5% do capital
9	Usiminas	Previ detém 10,4% do capital; Grupo Votorantim, 13% e Grupo Camargo Correa, 13%
10	Sadia S.A.	Previ detém 7,3% do capital e BNDES participou da fusão da empresa com a Perdigão em 2009
11	Centrais Elétricas Brasileiras	Participação direta da BNDESPar em 11,81% e da União em 53,99% do capital
12	TAM Linhas Aéreas S.A.	-
13	Embraer	Participação direta da BNDESPar em 5,05%, da Previ em 14% e da União em 0,3% do capital
14	Cemig Distribuição S.A.	Participação do estado de Minas Gerais em 50,96% do capital
15	Perdigão Agroindustrial S.A.	Previ detém 14,16% do capital; Petros, 12,04%; Sistel, 3,98%; BNDESPar participou da fusão da empresa com a Sadia em 2009
16	Gerdau Açominas S.A.	Participação indireta da BNDESPar por meio da Gerdau Aços Longos
17	Bertin S.A.	Participação direta da BNDESPar em 26,98% do capital
18	Globo Comunicação e Participações S.A.	-
19	J.B.S. S.A. (Friboi)	Participação direta da BNDESPar em 13% do capital
20	Aracruz Celulosa S.A./ Votorantim Celulose e Papel S.A.	Participação direta da BNDESPar em 34,9% do capital na nova empresa (Fibria)

Fonte: Mansueto Almeida. "Desafios da real política industrial brasileira no século XXI".  
Apud revista *Retrato do Brasil*, edição n. 30, janeiro de 2010, p. 11.

Por meio de análise simples aos dados acima, se obtêm a compreensão da justificação ou razão de a grande burguesia interna ter se identificado com o Governo Lula, afinal, nunca tiveram seus interesses tão respaldados quanto nos Governos petistas, de igual modo, passaram a ocupar a posição de hegemonia dentro do bloco burguês, posição essa, que pertencia a burguesia associada até então.

Esse fato é sustentado pela forma com que a grande burguesia interna em sua maioria, se portou diante da crise do mensalão de 2005/2006. Boito Jr. narra que a conduta do principal expoente da burguesia interna, a Fiesp, era de apoio ao Governo Lula, já que durante boa parte da crise, manteve-se calada, não esboçando críticas ao Governo, e quando resolveu se manifestar, através de seu órgão de imprensa a “Revista da Indústria”, o fez para criticar a conduta da oposição ao Governo.

Na edição da revista de agosto de 2015, na qual a Fiesp se posiciona sobre a crise política, sequer, consta a expressão “mensalão”. De acordo com Boito Jr. a reportagem que havia sido feita com o Presidente da Fiesp poderia ser sintetizada da seguinte forma: “chega de falar em crise, vamos trabalhar!”<sup>26</sup>. Já na edição de setembro de 2005 da mesma revista, a mensagem que teria sido passada pela Fiesp era de que “vamos resolver a crise com uma reforma política”<sup>27</sup>, ou seja, o problema da crise não era exclusivo do Governo, mas sim, do sistema político. Ficou claro assim que a oposição personificada pelo PSDB não contaria com o apoio da grande burguesia brasileira no intento de prosseguir com um possível impeachment de Lula.

Na visão de Boito Jr., essa relação de reciprocidade desenvolvida até então entre o Governo Lula e a grande burguesia foi imprescindível para que o então presidente conseguisse contornar a crise do mensalão e terminar seu mandato. A época, a imagem de Lula encontrava-se desgastada, tanto com os partidos que compunham sua base política no Congresso, quanto com os trabalhadores organizados, já que a eclosão da crise se deu com as informações trazidas à tona de que havia sido montado um esquema de compra de votos dos partidos que teria ajudado a aprovar diversos projetos do Governo, dentre os quais, a reforma da previdência que retirara direitos do funcionalismo público.

É neste cenário que Lula foi acolhido pelas massas do nordeste, quando o presidente se viu em necessidade de mostrar sua força política com o povo, ao contrário do que se pensava,

---

<sup>25</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 72.

<sup>26</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 80.

<sup>27</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 81.

não acionou a base política tradicional do PT localizada no sindicato paulista, mas antes, procurou nas grandes massas desorganizadas politicamente do nordeste seu abrigo, massas que haviam sido conquistadas com os programas governamentais de transferência de renda, como o “Bolsa Família”. Desta forma, contando com o apoio da grande burguesia interna brasileira e das grandes massas de trabalhadores desorganizadas politicamente do Nordeste, Lula conseguiu superar a crise do mensalão.

Convém agora destacar que, apesar da maioria da grande burguesia interna aprovar e apoiar o Governo Lula, como toda a sociedade é eivada de contradições, no âmbito deste segmento burguês também existiam contradições, quando setores de tal segmento não se viam representados pelos Governos petistas.

Por exemplo, o Governo Lula através de política do BNDS de fomento das indústrias internas tornou a Friboi a maior empresa, não só do Brasil como também do mundo, de comercialização de carne bovina em pouco tempo, contudo, esse monopólio construído através da empresa citada não agradou os criadores de gado da região Centro-Oeste, que presenciaram em pouco tempo o mercado ser completamente monopolizado pela Friboi. Essa relação de contentamento de partes e descontentamento de outras se alastra por todos os setores econômicos que compõe a grande burguesia interna, seja, o agronegócio, o setor bancário, de construção pesada, entre outros. O autor defende que a grande burguesia interna compactuava com o Governo Lula pelo fato de que os segmentos mais fortes da burguesia interna se viam respaldados pelo Governo, como os já citados exemplos da Friboi, da Fiesp e da própria Odebrecht, que constituía a cúpula do poder econômico e político da grande burguesia interna, a qual garantiu ao Governo Lula o seu apoio e conseqüentemente a governabilidade durante seu governo.

As classes sociais que compuseram a base política do Governo Lula eram contraditórias, como analisado, o Governo petista retirava seu grande trunfo político do poderio econômico e político que a grande burguesia interna possuía, mas também tinha ao seu dispor a massa marginal de trabalhadores e o campesinato. É bem contraditório o fato de se representar o agronegócio e ao mesmo tempo o campesinato, nesse ponto, o Governo Lula contornou a questão fornecendo crédito para a agricultura familiar, mas manteve-se inerte na maior parte da questão da reforma agrária, ponto que certamente afetaria interesses do agronegócio. Isso também se dava com outros setores da grande burguesia, como a ala industrial que requeria um Estado mínimo para os trabalhadores e não para si, enquanto os últimos requeriam melhoria dos direitos sociais. Obviamente que essa situação conturbada da base política conciliada pelos

Governos petistas não passou despercebida a oposição. Finalizando a questão, Boito Jr. Afirma que,

examinando a situação, vemos que a possibilidade de uma das partes abandonar a frente neodesenvolvimentista é real. O PSDB procura atrair a grande burguesia interna sugerindo – há coisas que não se devem dizer abertamente... – que fará uma redução drástica dos gastos sociais do Estado e que cortará as asas do movimento camponês; as organizações de extrema esquerda procuram fazer com que os sindicatos e o campesinato retirem o apoio que dispensam ao Governo Lula. Até o momento, a unidade da frente prevaleceu. Porém, não faltam motivos e argumentos para aqueles que tentam solapá-la. (BOITO JR, 2018, p. 96-97).

Em suma, pode-se dizer que a política econômica adotada pelos Governos pós-redemocratização, durante a década de 1990, estiveram alinhados ao modelo capitalista neoliberal ortodoxo, levado a cabo pelo Governo Collor e os Governos de FHC. Durante esse período houve prevalência da chamada burguesia associada ou rentista e do capital internacional. Na década de 2000, com o Governo Lula, e a política econômica do neodesenvolvimentismo, houve a prevalência dos interesses da grande burguesia interna.

Apesar das profecias apocalípticas de muitos teóricos da extrema direita de que um Governo petista romperia com o capitalismo e implantaria o socialismo, o que se viu foi a aplicação por parte do PT de um modelo neoliberal pautado no antigo desenvolvimentismo, dessa vez denominado de neodesenvolvimentismo. Os Governos petistas mantiveram a abertura econômica realizada nos Governos Collor e FHC, porém, conferiram mecanismos de proteção as empresas nacionais com a política de criação dos “campeões nacionais” através dos financiamentos pelo BNDS. Ademais, verificou-se uma mudança demasiada da política externa nos Governos petistas, com distanciamento dos EUA e do velho imperialismo exercido por este, houve a criação do G-20<sup>28</sup>, voltou-se a política externa para o fortalecimento dos Brics<sup>29</sup> e do Mercosul<sup>30</sup>, com isso, o Governo brasileiro conseguia expandir o mercado para as grandes empresas da burguesia interna brasileira para além das fronteiras nacionais, conseguindo mercado na América do Sul, África e Oriente Médio.

<sup>28</sup> É um grupo econômico formado pelos 19 países de maior economia do mundo e a União Europeia.

<sup>29</sup> BRICS é o agrupamento econômico formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial.

<sup>30</sup> O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um grupo econômico intergovernamental possuindo como países-membros permanentes o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Estabelece uma integração, inicialmente econômica, configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros.

Certamente as condições para a ascensão da burguesia interna nunca foram tão favoráveis. A burguesia interna sempre almejou um neoliberalismo moderado que não rompesse com grandes aspectos da forma neoliberal, mas que lhe permitisse acumular mais capital, conquistar novos mercados, mas com proteção, sem que tivesse seu quintal devastado pela concorrência das grandes multinacionais, e foi isso que o Governo Lula lhes deu.

Graças aquelas políticas redistributivas citadas acima, o Governo Lula também angariou apoio popular. Com isso, temos que a grande frente política que sustentou os Governos Lula e também o primeiro Governo Dilma se deu pela associação da grande burguesia interna, a baixa classe média, ao sindicalismo operário, o campesinato e a grande parte da massa marginal de trabalhadores. Os setores populares foram atraídos a base do Governo devido as melhorias de condições de vida que nunca antes haviam tido, como acesso ao ensino técnico e superior com a criação de cotas raciais e sociais para as universidades, também houve a implementação de cotas para o acesso ao funcionalismo público, o salário mínimo teve uma valorização como nunca tinha tido desde a redemocratização, criou-se programas de acesso a serviços básicos, como moradia popular, a água potável no nordeste, a energia elétrica e o financiamento da pequena agricultura familiar, além de políticas de transferência de renda para aquela camada da população que se encontrava em estado de miserabilidade.

Em contrapartida à frente formada pela situação, a oposição formou-se pela associação da burguesia internacionalizada com a alta classe média. A alta classe média viu seus interesses ameaçados pelas políticas de diminuição da desigualdade praticadas pelo PT. A abertura da porta das universidades para as camadas mais pobres não foi vista com bons olhos por esse setor alto médio da população, já que, o exclusivismo hereditário de ocupação dos cargos em posições privilegiadas do Estado foi ameaçada pela democratização do ensino superior engendrada pelos Governos petistas. Segundo Boito Jr., a alta classe média é composta por administradores, economistas, engenheiros, médicos, advogados, professores universitários, arquitetos, entre outras profissões tecnocráticas. No entanto, o cientista político faz uma ressalva, dentre todos os profissionais destas carreiras, apenas aqueles bem-sucedidos economicamente podem ser considerados da alta classe média. A esses, ainda soma-se os funcionários de cargos em carreira no Estado, como os juízes, promotores, procuradores, oficiais das Forças Armadas, policiais federais do alto escalão, dentre outros. Essa frente política opositora era capitaneada pelo PSDB.

Portanto, conclui-se que a luta de classes no caso brasileiro é mais complexa do que parece, sendo polarizada pelo PT e PSDB e suas frentes políticas até a eleição de 2014. Esse

jogo social e político encontrou-se equilibrado durante todo o Governo Lula, com as duas frentes bem definidas. Todavia, como se notará adiante, essa balança perdeu equilíbrio e tendeu ao lado da burguesia associada assim que a economia brasileira começou a experimentar os reflexos da crise mundial do capitalismo de 2008. Ao contrário do que o então presidente Lula pregava, a “marola” da crise chegou a terras tupiniquins como uma tsunami e pegou a todos desprevenidos. Bastou isso para que o jogo de forças se desequilibrasse e com a deixa perfeita, os abutres da frente oposicionista atacaram o Governo petista de Dilma Rousseff que não resistiu e sucumbiu junto com a economia brasileira.

### 3.2 A crise política como reflexo da crise econômica

A crise política tem início no país com a chegada da crise econômica. A economia brasileira crescia a percentuais altos nos últimos anos, tendo fechado 2010 com um percentual de 7,5% de crescimento<sup>31</sup>. Isso logicamente corroborava de forma fundamental para que a grande burguesia interna mantenha-se fiel a base aliada do Governo. Entretanto, no biênio de 2011 e 2012 esses níveis de crescimento caíram muito, sendo que a economia obteve um crescimento de 2,7% em 2011 e 0,9% em 2012<sup>32</sup>.

Os números obtidos na primeira metade do primeiro Governo Dilma mostram a estagnação da economia brasileira, isso mexeu com toda a estrutura política e principalmente com as frentes estabelecidas pela burguesia interna e PT versus burguesia associada e PSDB. Boito Jr. salienta que a linha que separava o segmento econômico neodesenvolvimentista do neoliberal ortodoxo nunca foi rígida e intransponível. Com a derrocada da economia brasileira no primeiro biênio do Governo Dilma e com a onda de protestos iniciada em 2013, essa separação foi abalada com o Governo perdendo prestígio entre os membros da burguesia interna que começavam a ver a pauta neoliberal ortodoxa como uma saída inevitável para a retomada do crescimento econômico e a salvação de seus empreendimentos empresariais, mesmo que isso significasse decair de status no interior do bloco do poder.

Nesse sentido, é elucidativa a compreensão de Lira Silva ao indicar como essa questão ao recepcionar fluxos da crise econômica externa era,

diferentemente dos governos Lula (2003-2010) que contou com um mercado internacional favorável. Contando com altos preços dos produtos primários e

---

<sup>31</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 282.

<sup>32</sup> Cf. DADOS IBGE.

das *commodities* exportadas pelo Brasil, o primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2014) sofreu drasticamente com os impactos da crise mundial de 2008, acarretando uma forte perda de arrecadação do Estado nos anos que se seguiram. Frente a crise mundial, os instrumentos de governo adotados pelos governos Dilma tiveram pouco êxito, devido à queda de arrecadação do Estado. Delineavam-se os primeiros elementos da fissura do bloco no poder, a partir do qual Lula havia governado. O aprofundamento da crise econômica produziu uma crise política que fora se aprofundando progressivamente durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). (LIRA SILVA, 2018, p. 23-24).

Os primeiros sinais de inflamação popular se deram com as jornadas de junho de 2013, encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Esse movimento tinha como enfoque a luta contra o aumento de passagens de transporte público na cidade de São Paulo, mas este movimento atuou como um estopim, de cujo impacto social se beneficiou a oposição que o incrementa ao ponto de levar às novas manifestações, que eclodiram em diversas capitais brasileiras.

Nunes salienta que tais jornadas começaram num âmbito local – municipal, melhor dizendo – e foram fortemente reprimidas pelas forças policiais. O noticiário chamou a atenção do restante da população e logo o movimento de cunho específico tinha se descaracterizado para as mais diversas questões, como educação, saúde pública, corrupção na política, entre outros<sup>33</sup>.

Apropriando-se da voz que ecoava das ruas, a imprensa que num primeiro momento, condenou as reivindicações da classe estudantil, logo percebeu que poderia manobrar aquelas massas que dispersavam-se à medida que novas pautas entravam nas manifestações. Foi então que os principais veículos de comunicação se apropriaram das manifestações inserindo pautas antigovernistas e inflamando a população contra o Governo. Ocorreu o que Boito Jr. classificou como a federalização das manifestações, que antes, tinha cunho específico municipal ou estadual, e agora, tinha como alvo o governo federal.

Corroborando com esse entendimento, Pedro Nunes elucida sobre o papel de dos meios de comunicação neste processo de contestação ao afirmar que,

os complexos midiáticos literalmente convocaram a população e militantes, destacando pautas mais genéricas e moralizadoras (a exemplo dos chamamentos da Rede Globo, Revista Veja, RBS e outros meios), por enxergarem as manifestações enquanto um excelente espaço de disputa que fortalecesse o protagonismo de uma oposição mais fortemente à direita contra um governo considerado de esquerda. Nesse sentido, esse momento pode ser apontado como um fator que demarca, contextualmente, o início do processo

---

<sup>33</sup> Cf. NUNES, 2019, p. 26.

de enfraquecimento da então presidente Dilma Rousseff. (NUNES, 2019, p. 26)

Ao apoderar-se dos movimentos iniciados em junho de 2013, a frente neoliberal ortodoxa passou a moldá-los a seu bel-prazer através dos meios midiáticos. Em pouco tempo, todas as pautas difusas convergiram em um ponto específico – através da imprensa, e de movimentos alinhados à direita como: Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, Tv Revolta, Endireita Brasil, Revoltados online – a pauta da corrupção, mas não qualquer corrupção, o combate à corrupção dentro do Governo e sua base aliada.

É neste cenário que segundo Lira Silva, “as corporações que monopolizavam os meios de comunicação no Brasil, tratam de reeditar o pacto subterrâneo e promíscuo com o Judiciário e órgãos de controle estatais”<sup>34</sup>. A reedição desse pacto promíscuo a que o autor se refere é aquele da Ação Penal 470, vulgo, mensalão, como narrado outrora, a maior crise pela qual o Governo Lula passou e que resultou justamente de mais uma investida da burguesia associada ao capital internacional, mas desta vez, ao contrário daquela, a economia não ajudava, e se a economia não vai bem no sistema capitalista, o Governo pode se preparar, seja situação ou oposição, como analisa Lyra Filho, em sua obra, “O que é o direito”<sup>35</sup>.

Com a entrada do Judiciário no jogo da oposição política ao governo petista e popular, assim como a ação arbitrária da Polícia Federal e do Ministério Público através da operação Lava-jato, a imprensa pôde obter “vazamentos” de informações sigilosas, as quais eram veiculadas em horário nobre, levando à grande massa política desorganizada brasileira, informações diárias com forte teor ideológico de contraposição ao PT e sua concepção social de gestão do Estado e em fortalecimento à frente neoliberal ortodoxa de forma diária. Desta forma, a ofensiva neoliberal ganhou status de legitimidade até mesmo para grande parte da massa marginal de trabalhadores, sobre a bandeira do combate à corrupção, o que hoje está demonstrado ter sido um tipo de combate seletivo à corrupção, com endereço, nome e sobrenome políticos.<sup>36</sup>

Mesmo com esse cenário conturbado, Dilma conseguiu se reeleger em 2014, por uma margem ínfima de menos de 3 pontos percentuais, o que já demonstrava o resultado da ofensiva neoliberal ortodoxa, que havia conseguido dividir a população do país em duas metades, onde

---

<sup>34</sup> Cf. LIRA SILVA, 2018, p. 25.

<sup>35</sup> Cf. LYRA FILHO, 1999, p.20

<sup>36</sup> Segundo Boito Jr. a Lava-jato foi usada para “de maneira unilateral, denunciar, investigar e julgar quase que exclusivamente as práticas de corrupção cometidas pelo PT e pelos seus aliados.”

o sentimento que imperava sobre estas era o ódio, a intolerância, sinais de um país doente socialmente, sentimentos que só iriam se acirrar nos anos posteriores.

O ano de 2015 marca o início do segundo Governo de Dilma Rousseff. Logo no mês de fevereiro, milhares de manifestantes mobilizados pelos movimentos que surgiram em 2013, saem as ruas pedindo o impeachment da presidente recém-eleita. As manifestações se repetiram por março, abril e agosto de 2015. Os “panelaços” também surgiram nessa época. De acordo com Boito Jr., nessas manifestações estavam presentes, em sua maioria, a alta classe média. Conforme este autor, é nesse momento, precisamente, que um dos principais atores que contribuíram de forma decisiva para o impeachment de Dilma Rousseff acontecer, entra em cena de forma ativa, a alta classe média.

A alta classe média como analisado anteriormente, é composta pelos segmentos tecnocráticos mais poderosos, dentre estes, há aqueles em posição privilegiada dentro do Estado. Os membros das altas cúpulas do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal são todos componentes dessa alta classe média. Em sua análise, este cientista político, Boito Jr. afirma que os membros da alta classe média são os dirigentes das instituições estatais responsáveis por manter a lei e a ordem capitalista. É quando este segmento toma uma posição militante contra a política social neodesenvolvimentista petista, aproveitando-se das brechas deixadas pelos membros do PT, que engendraram-se na prática do nepotismo e da corrupção. Os altos membros do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal utilizam-se “dessa prática corrupta para, de maneira unilateral, denunciar, investigar e julgar quase que exclusivamente as práticas de corrupção cometidas pelo PT e pelos seus aliados<sup>37</sup>.

As razões para a alta classe média se inflamar contra o Governo eram claras. Os membros da alta classe média sentiam-se como a classe mais prejudicada pelas políticas de transferência de renda, de cotas raciais e sociais para as universidades e para o acesso ao serviço público. Soma-se a isso a regulamentação dos direitos trabalhistas das empregadas e empregados domésticos, a recuperação do salário mínimo. Tais políticas, ao ver da classe média, são subsidiadas pela “alta” carga tributária que lhes é imposta. Além disso, com a democratização do ensino superior, os filhos da alta classe média têm seu espaço no mercado de trabalho ameaçado pelos filhos de segmentos carentes que outrora não tinham acesso ao ensino superior. Aquela carreira dentro do Estado que era passada de pai para filho, como na época da monarquia, em que se passava a coroa através do fator hereditário, tudo isso estava

---

<sup>37</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 216.

sendo colocado em risco graças as políticas neodesenvolvimentista do PT. Logicamente que essa afronta aos valores da ideologia meritocrática tinham de ser combatidos enquanto ainda havia tempo, por isso a alta classe média foi as ruas.

Em síntese, a crise política que levou a derrocada da democracia brasileira em 2016 se deu, primordialmente, pela forte ofensiva arquitetada pela frente neoliberal ortodoxa, isto é, pela burguesia rentista e a alta classe média, que agiram nos bastidores de forma a construir no imaginário da grande massa marginal a visão do impeachment como algo necessário, a única forma de salvar o país de uma crise que fora criada por eles mesmos. Usaram-se da dominação ideológica como ficará comprovado a seguir.

A crise política criada pela frente neoliberal ortodoxa rompeu com a divisão social que conferiu governabilidade a Lula durante dois mandatos. Grandes segmentos da burguesia interna, parceiras dos Governos petistas até 2014 bandearam-se para o lado da oposição. Boito Jr. salienta que organizações como a Fiesp, Sinaval, Abdib, Abimaq, Abiquim, passam a enxergar o ajuste fiscal tão apregoado pela frente neoliberal ortodoxa como única saída à crise econômica e por isso, deixam a situação e juntam-se a oposição. O PT não sofreu apenas estes golpes citados acima, dentro do próprio Congresso Nacional, a base política aliada do partidos dos trabalhadores rompe relações com este e passa a compor a oposição, episódio mais famoso, a saída do PMDB do então vice-presidente da República que bandeia-se para a oposição e passa então a organizar o impeachment de Dilma Rousseff dentro do Congresso Nacional.

### 3.3 A utilização dos aparatos ideológicos estatais de dominação no fomento da crise política.

Foi dito no segundo capítulo deste trabalho que a dominação ideológica é a forma de dominação mais efetiva da qual o Estado dispõe, já que essa forma de dominação se dá “silenciosamente”. Esse artífice ardil usado pelas elites intelectuais dominantes torna a revolta operária uma tarefa hercúlea, pois estes teriam que lutar contra um inimigo imaterial. Além desse fato, para uma determinada classe se dar conta de que está sendo dominada e induzida a produzir uma determinada conduta, se faz necessário que os indivíduos que a compõe tenham consciência desse fato, de forma a buscar a visão real dentro de todo um ambiente ideológico construído a sua volta. Convenhamos que isso se está longe de acontecer no Brasil, o que favorece ao atual cenário de polarização político.

Nos termos do que defende Marx, a ideologia dominante de determinada época sempre será a ideologia das classes dominantes que a propagam sobre toda a sociedade civil, como se aqueles interesses fossem gerais, eternos, e abarcassem as necessidades de todos, o que sabe-se que não é real, e isso não passa de um dos efeitos da ideologia, que é a criação de uma realidade distorcida no subconsciente dos indivíduos dominados.

Nesta senda, pode-se dizer que a elite dominante brasileira, personificada pela burguesia associada ao capital internacional e sua fiel escudeira, a alta classe média, usando-se dos aparatos estatais de dominação que tinham ao seu dispor, conseguiriam criar um ideal ideológico que foi comprado por grande parte da sociedade civil brasileira.

O ideal que aqui se refere, é o do combate à corrupção. Sob essa bandeira, feriu-se de morte a democracia brasileira em prol dos interesses de uma camada social específica. No Brasil existem diversos mitos criados pela ideologia das classes dominantes, como a tão aplaudida meritocracia, que faz parte do falso moralismo tão defendido pela alta classe média. A situação não é das mais fáceis de ser debatida com as grandes massas mergulhadas na visão ideológica do senso comum. Afinal, pareceria ilógico a estes combater a corrupção combatendo aqueles que combatem a “corrupção” – leia-se aqui, “corrupção” como aquela versão ideológica criada pela elite dominante brasileira –, de plano o moralismo burguês já acusaria alguém com tal discurso de corrupto, e em pouco tempo, este poderia facilmente estar sendo submetido a todo tipo de hostilidade possível. Logo, essa bandeira erguida pela burguesia associada se mostrou altamente eficaz no contexto brasileiro na retomada do poder estatal por essa fração da burguesia que conseguiu encobrir as ilegalidades praticadas por eles sob o manto do combate à corrupção.

Necessário se faz abrir um parêntese para trazer um complemento acerca dessa ideia de corrupção pregada pela direita brasileira, nos dizeres de Boito Jr:

para a percepção do senso comum, a corrupção é algo supra-histórico e repudiado pelo senso de justiça do qual são minimamente dotados os seres humanos. Essa percepção espontânea e irrefletida está sendo implícita e dissimuladamente contrabandeada para o campo do pensamento socialista. Se um bem material ou imaterial pertence ou se origina de uma instituição pública, é inadmissível, segundo “nosso senso de justiça”, que ele seja objeto de apropriação ou manipulação privada. Ora, a própria ideia de corrupção é uma criação ideológica do Estado capitalista. (BOITO JR, 2018, p.259)

Para o cientista político, o conceito de corrupção criado pela elite dominante capitalista se baseia na distinção formal entre recursos públicos e privados. Quando indivíduos se apossam de recursos públicos para proveito próprio, estariam caindo nesse conceito de corrupção.

Contudo, salienta Boito Jr, os recursos estatais encontram-se na verdade, a serviço das elites dominantes, ou seja, o conceito de público e privado é completamente relativo dentro dessa ideologia de corrupção burguesa.

A relação da burguesia com o conceito ideológico da corrupção é uma relação ambivalente. As diferentes frações burguesas esperam que seus concorrentes sejam honestos e possuam as mesmas prerrogativas, quando se encontram em desvantagem. Contudo, quando passam a situação de vantagem, o conceito de honestidade e igualdade torna-se desnecessário. A partir desse ponto é possível determinar a burguesia rentista como a fração burguesa que rogava por honestidade e igualdade durante os Governos petistas, já que a grande burguesia interna era quem estava sendo privilegiada. Numa ofensiva radical, a burguesia associada se dispôs a tratar do tema corrupção através da Lava-jato para pôr fim a hegemonia da fração burguesa rival.

A classe média atuou de forma determinante para esta retomada do poder da burguesia associada ao capital internacional pois também sustenta seu modo de vida encima de uma ideologia. O meritocratismo é a ideologia que determina e legitima o modelo de vida da alta classe média, ao valorizar o trabalho intelectual e desprestigiar o trabalho manual, essa ideologia busca conferir legalidade e legitimidade aos privilégios dos burocratas estatais. A meritocracia surge como única forma de se justificar os salários altíssimos de juízes, desembargadores, ministros, procuradores, delegados de polícia, entre outros componentes do funcionalismo público. Para a classe média, o mal a ser combatido não se encontra localizado na estrutura burocrática estatal que cria esses grupos parasitários e privilegiados, mas sim na violação dos imperativos estatais pela prática da corrupção.

Tendo conhecimento de todos estes aspectos dos bastidores do poder, podemos passar a estudar a Lava-jato sob um prisma crítico. Boito Jr. acredita que a Lava-jato funciona como um partido da alta classe média. E como um partido possui bases ideológicas, as quais defende, a Lava-jato também possui as suas, e as cumpriu com primor no episódio de 2016. Em conluio com a grande mídia, a Lava-jato foi responsável por convencer a grande maioria dos brasileiros de que em nome do combate à corrupção, era necessário legitimar as ilegalidades perpetradas contra os direitos dos investigados, bem como, do caráter seletivo da investigação<sup>38</sup>.

Segundo Lira Silva, a operação Lava-jato é o desdobramento da Ação Penal 470, também conhecida como mensalão, que protagonizou a maior crise do Governo Lula. As

---

<sup>38</sup> Cf. BOITO JR, 2018, p. 257.

mesmas forças que atuaram nos bastidores da Ação Penal 470 são as que atuam na Lava-jato, mas ao contrário daquele, em que não obtiveram êxito, neste, conseguiram lograr seu intento, pelos menos até aqui.

Ainda de acordo com Lira Silva, as forças conservadoras que dirigem a Lava-jato possuem fortes influências externas do imperialismo americano<sup>39</sup>. Nos dizeres do autor, após o 11 de setembro de 2001, com a deflagração da guerra dos EUA contra o islamismo e a criação da ideologia do terrorismo, os norte-americanos criaram uma política de segurança ofensiva que os permitiu se aproximar dos Ministérios Públicos e das Polícias Federais de diversos países, através da ação da CIA, sob o argumento da caça e o combate ao terrorismo.

nesse processo, os Ministérios Públicos e a Polícia Federal tornaram-se instrumentos políticos de ação e realização dos interesses da política de segurança ianque, umbilicalmente associada à sua política externa. Portanto, os Ministérios Públicos e a Polícia Federal emergiram no século XXI enquanto novos sujeitos políticos e tornaram-se figuras centrais no processo de deflagração do Golpe de Estado no Brasil, no ano de 2016. Nesse processo de aproximação das instituições públicas de segurança ianques com instâncias do Judiciário e órgãos de controle, a partir do denominado “Projeto Pontes”. (LIRA SILVA, 2018, p.19)

Essa aproximação da burocracia brasileira aos EUA corrobora com o entendimento de Boito Jr. no que diz respeito a associação da burguesia rentista e do capital internacional a alta classe média brasileira e acrescenta um fato novo além daqueles elencados anteriormente, qual seja, a atuação de forças estrangeiras na preparação da conduta policial brasileira. Órgãos de governos estrangeiros forneceram treinamento a policiais federais brasileiros nas cidades de Curitiba, São Paulo e Campo Grande, justamente os lugares que serviram como cúpula de ação da lava-jato. Consoante Lira Silva, tais informações só vieram a público graças à atuação do Wikileaks<sup>40</sup>. Ademais, junto as condutas ilegais perpetuadas pela Lava-jato, observa-se o escandaloso silêncio do judiciário, para alguns, a conivência do judiciário com o estado de ilegalidade das coisas.

Sob o enfoque da atuação da imprensa, Pedro Nunes escancarará o quadro nefasto em que se encontra mergulhada a imprensa brasileira. Conforme o escritor, baseando-se em dados fornecidos pelo Portal Imprensa através do Projeto Donos da Mídia, o incrível número de 271

---

<sup>39</sup> Ver também: “A ofensiva imperialista e o golpe de 2016 no Brasil”, por Luciano Eduardo Fernandes; “EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil” por Brian Mier e “Documentando os Estados Unidos no golpe de 2016” por Carlos Coimbra”.

<sup>40</sup> Cf. LIRA SILVA, 2018, p. 19.

políticos-empresários eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação<sup>41</sup> em 2014, mesmo isso sendo vedado pela Constituição Federal em seu artigo 54<sup>42</sup>. Os números são alarmantes, mas podem ser piores, já que a pesquisa considerou apenas aqueles que sem se importar com o disposto na Carta Magna, assumem publicamente ter relações com tais empresas, é impossível auferir os números reais se considerados os proprietários de fachada (os “laranjas”). Tais dados confirmam aquilo que já defendemos aqui, a imprensa foi fundada e existe por conta das elites dominantes. Seu papel de disseminadora de ideologia está escancarado ao público, e aquela ideia de uma imprensa imparcial, assim como a ideia de um judiciário imparcial, não passam de mitos, nada mais que ideologias burguesas.

Analisando os argumentos veiculados pela imprensa a época do impeachment, Pedro Nunes chegou à conclusão de que a construção textual reforçava preconceitos e estereótipos. Usando-se de procedimentos persuasórios e de valoração de determinados fatos em detrimento de outros, a grande imprensa brasileira obrigava o leitor ou telespectador a aceitar o impeachment de Dilma Rousseff como algo necessário a salvação do país da crise em que se encontrava mergulhado.

Com o objetivo de ilustrar a questão, Pedro Nunes levanta um quadro que destaca o posicionamento de 4 editoriais de grandes empresas midiáticas brasileiras, o qual reproduz-se a seguir<sup>43</sup>:

Empresa	Título da matéria	Tipo de matéria Jornalística	Data de publicação
<b>Folha de São Paulo</b>	Isolada e à deriva	editorial	4 de março de 2016

<sup>41</sup> Cf. NUNES, 2019, p. 72.

<sup>42</sup> Art. 54. CF: “Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ‘ad nutum’, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ‘ad nutum’, nas entidades referidas no inciso I, ‘a’;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, ‘a’;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo”.

<sup>43</sup> Cf. NUNES, 2019, p. 42.

<b>Folha de São Paulo</b>	Nem Dilma nem Temer	editorial	2 de abril de 2016
<b>O Globo</b>	O impeachment é uma saída institucional da crise	editorial	19 de março de 2016
<b>O Estado de São Paulo</b>	O fim do torpor	editorial	31 de agosto de 2016

Tecnicamente falando, complementa Nunes, dentro do jornalismo, o editorial é tomado como a representação da corporação jornalística em si. Pela análise dos dados trazidos à tona para ilustrar o que se disse, é nítido o caráter condicionante do tom de fala da imprensa brasileira. Sublinha-se os pontos negativos do Governo Dilma Rousseff, e se estes não existirem, criados serão, mas deixar de implantar na população o ideário da elite dominante, jamais a imprensa deixará de fazê-lo.

Imprescindível trazer à tona neste momento o desfecho a que chega Nunes após análise da conduta da imprensa brasileira durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff:

de fato, as corporações da imprensa, nesse sentido, em sua ampla cobertura aos fatos da crise política, acirraram a oposição entre o verde e amarelo e o vermelho, assinalando a guerra entre visões de mundo e privilegiando a perspectiva da legitimidade do processo de impeachment. Essa foi uma tendência de manipulação predominante nas narrativas jornalísticas espetacularizadas: desvalorizando Dilma Rousseff, omitindo vozes contrárias ao impeachment, seduzindo audiências e pavimentando o caminho para um futuro “governo de transição”. Todos os editoriais desse recorte, a partir das respectivas titulações e conteúdos argumentativos, são contrários à Dilma Rousseff e em defesa do processo de impeachment. (NUNES, 2019, p. 43)

Amparado pela ação da mídia e da Lava-jato, o aparato político estatal entra em ativa e através da articulação do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com mais de 2/3 dos deputados integrantes da Câmara (um total de 267 votos favoráveis) decidem pela admissibilidade da instauração do processo de impeachment em desfavor de Dilma Rousseff em meados do mês de abril de 2016. Segundo Pedro Nunes, poucos dias após a cassação do mandato de Dilma Rousseff e a perda definitiva do título de presidente, o jornal Folha de São Paulo estamparia matéria com a delação premiada do doleiro Lúcio Funaro, em que este denuncia que Cunha teria recebido R\$ 1 milhão de reais para comprar votos de deputados em prol do impeachment de Dilma. O Doleiro denuncia ainda que Eduardo Cunha e Michel Temer articulavam diariamente a derrubada de Dilma Rousseff.

Alguém agora pode perguntar, e o judiciário? De um plano juspositivista, é certo que a votação de admissibilidade do processo de impeachment deveria ser anulada, já que foi um votação forjada e o próprio STF tinha ciência disso ao homologar o depoimento de Funaro. Mas por que nada foi feito então? É lógica também a resposta, todo o circo tinha sido armado para a deposição de Dilma Rousseff, setores da burguesia, judiciário, legislativo, até parte do próprio executivo, entregue as mãos pmdebistas, além da imprensa, todos cooperavam entre si para a obtenção daquele resultado finalístico. Era óbvio então que o judiciário não iria colocar água no Chopp e estragar a festa da direita brasileira.

Mas as anomalias jurídicas não cessam por aí, está na história a votação que deu início ao processo de impeachment em 2016 como um dos acontecimentos mais repugnantes do ponto de vista jurídico que se verá na história da política brasileira. A argumentação com que os deputados condenavam Dilma Rousseff simplesmente não existia. Nunes ao compilar do dados da votação no plenário da Câmara pôde observar que: 195 deputados justificaram a admissibilidade do processo de impeachment votando em nome de suas famílias (ascendentes ou descendentes); 136 deputados votaram em nome da democracia; 91 deputados votaram em nome do povo brasileiro; 81 deputados votaram em nome de suas religiões e 46 deputados se justificaram votando em nome de outras formas extraviadas.

Não era algo sério, e de fato não era para ser sério (já que foi tudo forjado), mas pelo menos deveria parecer, já que estavam fazendo um julgamento político previsto da Constituição Federal, o que teoricamente deveria seguir toda uma determinada liturgia, deveria se analisar documentos, argumentos com fundamentação jurídica, mas os representantes dos segmentos da direita alvoraçada sequer se preocuparam em esconder seu entusiasmo, fazendo seus juízos de admissibilidade sem se amparar em qualquer lastro probatório. Claro, a mídia estava lá, fazendo toda a cobertura e análise com bons tons ideológicos para fazerem os brasileiros aceitarem de vez que a única saída era aquilo que se estava vendo.

Em conclusão, é possível ver na prática do caso brasileiro, especificamente, do impedimento forjado da presidente Dilma Rousseff, como agem os aparelhos ideológicos estatais. O Estado existe para um fim, que é manter a ordem capitalista e o sistema de classes que permite a dominação dos segmentos sociais abastados economicamente. O direito no caso brasileiro, englobando as condutas ilegais da Lava-jato e de integrantes do poder legislativo, com a conivência do judiciário, ambos, em parceria com a mídia, sedimentaram o caminho para a deposição de Dilma Rousseff no Congresso Nacional. Enfraquecida politicamente, a única coisa que poderia manter a presidente eleita no poder seria a revolta da população se ela assim

entendesse que ali acontecia um golpe de Estado legitimado pelo direito. Todavia, a população completamente cega pelas amarras ideológicas lançadas pela imprensa e pela Lava-jato estava convencida de que a única saída para a crise econômico-política era a deposição de Dilma Rousseff, e foi assim que se deu o termo da história.

#### 3.4 A fraca resistência ao golpe de 2016, o desfecho vitorioso para a burguesia associada ao capital internacional.

Restabelecendo uma temática aqui já abordada por Lyra Filho, antes de iniciar o debate sobre as razões que tornaram a resistência ao golpe fraca, cumpre em primeiro lugar trazer o sinônimo de golpe de Estado. Tendo ciência que o atual estágio de desenvolvimento do Estado capitalista é o do denominado Estado de direito, onde o positivismo impera, Lyra Filho irá sintetizar o significado do termo golpe de Estado dentro dessa esfera do direito como sendo “um movimento político, em que o governo passa de um grupo a outro, sem trocar de classe dominante, nem remodelar basicamente a ordem assente”<sup>44</sup>.

Nesta sequência, a finalidade dos golpes de Estado não é a remodelação do Estado capitalista. O golpe de estado no Estado de direito objetiva perpetuar o estado de imutabilidade das coisas, com a fração da burguesia dirigente do Estado tomando as decisões, e as demais frações da sociedade, sejam frações mais fracas da burguesia ou outras classes sociais, se submetendo a elite dirigente. Lyra Filho complementa dizendo que o golpe de estado uma vez efetivado, não busca há revolução ou reforma, mas sim, a conservação brusca do status prevalente da elite dirigente.

É bem nítido aqui como esse conceito de golpe de Estado se emoldura bem sob o quadro fático brasileiro. Pela análise feita no início deste capítulo, demonstrou-se que nos Governos petistas, houve uma inversão da fração privilegiada burguesa, isto é, a elite que sempre teve privilégios pelos Governos que estavam à frente do Estado brasileiro foi preterida nos Governos do PT, dando lugar a ascensão de outra fração burguesa. No caso brasileiro, essa inversão de frações privilegiadas se deu entre a burguesia rentista e a grande burguesia interna. Também é lúcido que o golpe de Estado não pôs fim a ordem capitalista brasileira, tão pouco, remodelou a mesma, a burguesia continua à frente da direção do Estado brasileiro, só que, neste momento, a burguesia associada volta ao trono o qual ocupou durante grande parte da história brasileira.

---

<sup>44</sup> Cf. LYRA FILHO, 2011, p. 142.

Feitas tais considerações iniciais, passa-se agora ao debate quanto as razões pelas quais Dilma Rousseff e a pequena base política alinhada ao PT (aquela que sobrou após a debandada de seus mais importantes aliados políticos) ofereceu tão pouca resistência ao golpe de Estado.

Boito Jr. fazendo um estudo sobre o caso, partindo da análise de dados que foram vinculados pela grande imprensa nos períodos de bonança do capitalismo brasileiro sob a égide dos Governos petistas e após, quando a crise começou a se instalar no país a partir de 2013, pôde concluir que a fração da burguesia interna se dividiu. Alguns correram para o lado da burguesia associada e passaram a integrar o movimento pelo impeachment, outra parcela manteve-se em silêncio, e uma terceira parte foi perseguida pela Lava-jato, como é o caso das grandes empresas nacionais, como Odebrecht e Friboi.

Os dados levantados por Boito Jr. contemplam a imprensa ligada a confederações, federações, sindicatos e associações civis ligadas a setores estratégicos da agricultura e da indústria, como exemplos, o autor destaca a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira de Infraestrutura e Equipamentos da Base (Abdib), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira de Agronegócio (Abag), dentre outras.

Com base nesses dados, o autor conclui que enquanto o crescimento econômico perdurava, enquanto tudo estava indo bem para a economia do país, essas frações da burguesia interna apoiavam quase que incondicionalmente o Governo, e, mesmo que não vissem com bons olhos, aceitavam as concessões que os Governos petistas fizeram em prol da ala dos trabalhadores marginais, como a valorização do salário mínimo, a política de transferência de renda e a conquista de alguns direitos sociais, os quais as classes proletárias puderam experimentar durante os Governos petistas. Como a economia estava indo de “vento em popa”, tudo conspirava a favor da grande burguesia interna, essa classe não viu tais condições como o principal óbice a ser combatido naquele momento, e por um certo tempo, até cogitaram viver harmoniosamente com esse quadro controverso perpetrado durante principalmente o Governo Lula.

Porém, tudo isso mudou repentina nos idos de 2013. Uma economia que já não apresentava a mesma força de outrora, como já foi reportado aqui, em anos áureos, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 5% ao ano, e agora, não conseguia atingir o patamar de 1%. O capital internacional percebendo o momento propício, promoveu uma ofensiva

ideológica contra o modelo econômico praticado pelo então Governo Dilma. Neste cenário, a burguesia interna deixou de ver a política neodesenvolvimentista praticada pelo Governo com bons olhos, e assim como a burguesia associada, passou a tomar as concessões praticadas pelo Governo em prol das classes mais pobres como um preço deverás dificultoso a se pagar.

O quadro havia se invertido, a burguesia que saiu em defesa do Governo Lula em 2005, não mais se via representada no Governo Dilma. A fração da burguesia interna desmembrou-se, agentes como a CNI e principalmente a Fiesp, que fez uma defesa ferrenha do Governo Lula em 2005, agora voltam-se contra o Governo Dilma e endossavam o clamor pelo impeachment. Dessa forma a cúpula petista perdeu seu grande braço econômico que permitiu o Governo Lula enfrentar crises e manter-se no poder. Era um grande golpe para Dilma, mais não o único.

Durante a crise do mensalão em 2005, o PT, à época personificado pela figura carismática de Lula, buscou refúgio popular nas grandes massas marginais desorganizadas politicamente do Nordeste. Esse era o início de uma aproximação que perdura até hoje. O Governo de Lula havia abraçado algumas demandas daqueles cidadãos através de programas como o “Bolsa Família”, “Luz para todos”, “Minha casa, minha vida”, “Programa cisternas”, “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego” (Pronatec) e estes o receberam como um pai.

Grande parte dos autores conceituam esse relacionamento que os Governos petistas passaram a desempenhar com a região nordeste como sendo um neopopulismo. Essa multidão representou a vitória dos Governos petistas em eleições como de 2006, 2010 e 2014, mas para Boito Jr., tal relação era perigosa, já que ela deforma o senso político do indivíduo, fazendo este acreditar na figura do Estado paternalista, uma versão moderna do Estado bonapartista, o cientista político elucida que:

a relação populista imobiliza politicamente o trabalhador. Um setor social com baixa capacidade de organização, interpelado do alto por políticos profissionais ou governo, torna-se prisioneiro daquilo que poderíamos denominar o culto ou fetiche do Estado protetor. Ele delega ao Estado capitalista, cujas instituições parecem situar-se acima das classes sociais, a função de “proteger os pobres”. (BOITO JR, 2018, p.296)

Há uma pequena parte dos trabalhadores da massa marginal que organizam-se na luta por terra e moradias e tem um senso político mais aguçado, estes não ficaram rendidos ao ostracismo de acompanhar tudo apenas com expressão de atônitos e foram à luta, mas essa parcela é ínfima se comparada a grande parcela dos trabalhadores marginais que não têm nenhuma ou quase nenhuma organização política. Se toda a massa marginal conseguisse se

organizar politicamente, certamente que a pressão e a força popular que viriam das ruas seria outra, e talvez o desfecho pudesse ser outro, mas não foi o que aconteceu.

O que se contemplou foi a grande maioria da massa marginal apenas olhando de braços cruzados o furacão da ofensiva do capital internacional passar e destruir tudo. Esse contingente, diz Boito Jr., é aquela fração que o populismo petista criou uma visão deturbada da realidade, onde estes indivíduos veem o Estado como uma entidade livre e soberana, protetora dos pobres e oprimidos, contra a qual seria inútil lutar contra, isto é, uma camada de indivíduos que sofreu dominação ideológica e que serviram para uma finalidade, qual seja, manterem-se fiéis a política estatal capitalista, não contava o PT que sua própria forma de dominação ideológica pudesse se virar contra ele mesmo.

Então reside aqui um segundo golpe no Governo Dilma. O PT abriu mão de organizar e construir uma massa marginal dotada de conhecimento político crítico o suficiente para superar o populismo, e por isso pagou caro, pois quando mais precisaram dessas grandes massas marginais, não puderam contar com seu apoio durante a crise de 2016, pois estes eram incapazes de ser organizar politicamente e fazerem uma contraofensiva ao movimento neoliberal ortodoxo.

Último golpe que o Governo Dilma Rousseff recebeu foi o não reconhecimento do seu Governo pela classe dos trabalhadores sindicalizados como sendo um Governo que representava seus interesses, por isso, não mereceria ser respaldado. Segundo Boito Jr., três fatores podem sintetizar a ausência do sindicalismo na resistência ao golpe: em primeiro lugar, Dilma não cumpriu com seu discurso de campanha eleitoral de 2014; em segundo lugar, o sindicalismo nunca foi pauta principal nos Governos petistas, e eles sabiam disso; por fim, em terceiro lugar, a estrutura sindical e seus patronos no país acabam por minar qualquer movimento de revolta ainda que incipiente.

Pois bem, passemos a elucidação de cada um destes fatores. A campanha eleitoral de Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto em 2014 centrou-se principalmente na defesa do crescimento econômico, da distribuição de renda e na crítica às políticas de ajuste fiscal. Contudo, quando eleita, o que se viu foi o inverso, a manutenção da estagnação da economia do país, a adoção de políticas de ajustes fiscais e o não cumprimento de demandas sociais que o sindicalismo pleiteava há anos durante a égide dos Governos petistas, quais sejam, a redução da jornada de trabalho legal, a regulamentação restritiva a terceirização, melhorias nos sistemas dos aposentados, entre outros. O sindicalismo conquistou, mesmo que não fosse de forma direta, a valorização salarial, que durante os Governos petistas, entre 2003 e 2012,

experimentou um aumento de 75%, além da taxa de desemprego que de 13,5% em 2003, caiu para 4,6% em 2014.

Em último lugar, diz respeito a criação e controle dos sindicatos. No Brasil, um sindicato só é reconhecido como tal, quando consegue obter uma carta sindical do Estado. Consoante Boito Jr., em razão desse sistema, é possível que o governo intervenha de modo sistemático na vida sindical, aprovando a criação apenas daqueles sindicatos que o interessar, controlando não só as finanças como também intervindo na composição de suas diretorias através do Judiciário que atua junto as eleições destes órgãos.

O resultado do enfraquecimento do sindicalismo é notável quando dos momentos de eclosão do golpe de Estado, onde se viu centrais sindicais apoiando o golpe, outras temerosas em sofrer sanções estatais caso se mobilizassem. Das instituições sindicais que participaram ativamente, a CUT, CTB e a Intersindical não conseguiram oferecer quase nenhum incômodo a frente ofensiva neoliberal ortodoxa. Setores fortes da economia que foram privilegiados pela política neodesenvolvimentista dos Governos PT também se ausentaram, como os petroleiros, metalúrgicos, bancários, trabalhadores da construção civil, entre outros setores de pressão estratégicos para deslinde daquela conjuntura.

Assim, a presidente Dilma Rousseff se viu isolada, sendo engolida pelas manifestações permeadas por ideologias neoliberais ortodoxas nas ruas, estando isolada politicamente e socialmente, era questão de tempo que seu Governo viesse a ruir, o que efetivou-se em 31 de agosto de 2016.

### 3.5 Para uma visão crítica do direito e sua função superestrutural

Este pequeno adendo resume os resultados obtidos ao longo do presente trabalho sob uma perspectiva crítica do direito. Como bem se elucidou pela retórica de Althusser, para que seja possível compreender o Estado e o direito, assim como a ideologia, faz-se necessário tomar o conceito que Marx elaborou sobre a infraestrutura e superestrutura.

A metáfora do edifício ilustra bem a tese. A infraestrutura é dada pelas bases econômicas, pelas relações econômicas, isto é, o alicerce sobre o qual será erguido toda a construção. Acima desse alicerce se erguerá os dois pilares da ordem capitalista, o direito e o Estado de um lado e a ideologia de outro. Esses dois pilares formam a superestrutura.

O tema tanto do Estado quanto da ideologia já foram amplamente debatidos, assim como o direito. Todavia, em virtude do caráter jurídico do presente trabalho, este adendo torna-se

necessário para se colocar em relevo o caráter superestrutural do direito como mecanismo necessário para a existência e manutenção da ordem capitalista.

Neste sentido, a principal função do direito é possibilitar que o Estado surja como um ente autônomo e indiferente a luta de classes, um ente que pauta suas atitudes única e exclusivamente pelos termos jurídicos, ou seja, pelas leis e pelas normas.

Observa-se aqui uma atuação dúplici do direito que ao mesmo tempo em que legitima a existência do Estado, também deslegitima a luta de classes. Isso porque o Estado de direito só concebe como normas que regem a sociedade aquelas que ele próprio edita, não reconhecendo a existência de normas sociais propriamente ditas.

Isso ajuda a entender a conduta do Judiciário no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O argumento de que Dilma estava sofrendo um golpe de Estado simplesmente não existe sob essa ótica juspositivista. Não há normas jurídicas que instituam a existência de um golpe de Estado, ele se dá por normas sociais, pela conveniência ou não de determinado Governo continuar na direção do Estado para a grande parte da burguesia, e assim, do ponto de vista do juspositivista, não existiria um golpe de Estado.

Além disso, esse caráter estritamente jurídico do direito e do Estado possibilita que as condutas ilegais do ponto de vista social sejam legitimadas, quer dizer, se não existe as condutas sociais aqui elencadas – como é o exemplo das condutas perpetuadas pela burguesia rentista e a alta classe média durante o episódio do impeachment – não haveria também que se falar em irregularidades.

Apesar que, abre-se uma ressalva, as condutas arbitrárias da Lava-jato tenham conseguido ferir até mesmo normas jurídicas preexistentes. Todavia, o judiciário parcial fez questão de encobrir as tais ilegalidades jurídicas cometidas. Este fato vai de encontro com o que Lyra Filho defende, de como a burguesia consegue romper um ciclo democrático quando se encontra insatisfeita com o indivíduo que está a frente da direção estatal e o substitui por outro mais enérgico, promovendo a mudança de regras no decorrer do jogo, isto é, a burguesia não pasma em mudar o direito, as normas, se isto lhe for conveniente.

Analisando todo o exposto, inevitavelmente chegaremos a essa conclusão de que o direito e o Estado compõe a superestrutura e estão condicionados pela infraestrutura que é a ordem capitalista.

Foi o que percebeu-se por exemplo na Revolução Gloriosa como já citado na primeira parte deste trabalho. Locke iniciador do liberalismo, em sua retórica defendia a deposição do Governo caso este não atendesse mais os interesses para os quais havia sido instituído, e essas

ideias serviram de justificação para a Revolução Gloriosa e o início do Estado liberal inglês o que influenciou as revoltas liberais que se desencadearam por todo o mundo nos anos que se seguiram.

Observou-se o mesmo no golpe de Estado perpetrado contra Dilma e o PT em 2016 no Brasil. Com o país passando por uma forte crise econômica, os setores da burguesia não tardaram em achar a “fórmula secreta” de retomada do crescimento, usando-se dos aparatos que tinham ao seu dispor, principalmente o aparato jurídico como demonstrou-se, levaram a cabo a deposição da então presidente.

Viu-se que o direito cumpre com primor a sua função de legitimador do Estado enquanto ente que se apresenta acima da sociedade, livre de qualquer vínculo social e apto a ser o justo Soberano e imperar sobre todo o corpo social. Contudo, também se elucidou que a função precípua do Estado é manter a ordem capitalista por meio da perpetuação das relações de dominação, isto é, da manutenção do *status quo* social.

Em síntese, o direito é o principal mantenedor do Estado, por isso que Althusser o conceituou como pertencente ao pilar da superestrutura estatal e também ao pilar ideológico. O direito confere legitimidade ao Estado do uso da força se preciso for, mas seu principal mantra reside na dominação ideológica. Se não houvesse o direito, a ideologia do que é justo e injusto ficaria seriamente comprometida, já que a sociedade através dessa ideologia tomou os conceitos de justo e injusto como se fosse os mesmos termos da legalidade e ilegalidade, estes últimos que estão intrinsecamente relacionados ao que o direito define como tal, como sendo proibido ou permitido, lícito ou ilícito. Desta feita, o Estado só existe e se mantém vivo através do direito, da mesma forma que o direito só tem validade através da atuação estatal que o coloca como obrigatório a todos os indivíduos, ambos não existem e não têm validade se essa atuação conjunta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado não surgiu na história como um simples fruto do acaso. Ele possui uma finalidade e uma missão, qual seja, garantir a existência das condições para o desenvolvimento do capitalismo. É através do Estado que se torna possível a existência do sistema de classes e a classificação de seres humanos como desiguais, da prevalência da ideologia de que uns são superiores e outros inferiores pelo simples fato do poderio econômico que alguns dispõem e outros não. Dessa forma, faz-se necessário conhecer o Estado e a luta de classes que habita seu interior, pois é através dessa luta de classes que nossa realidade é construída. Assim como a burguesia tradicional (como a conhecemos nos moldes do Estado liberal) mostrou conhecer a luta de classes quando se apropriou do antigo Estado monárquico e estabeleceu a superação daquela forma estatal por intermédio da criação do Estado liberal, tornando-se então dona do seu destino. Acreditamos que seja de extrema valia construir o máximo possível de cidadãos conscientes da sua realidade, com senso crítico, capazes de entender o mundo em que estão situados, e a partir de então, poderem compreender e se posicionar dentro dessa luta de classes de forma a mudarem o quadro precário de dominação em que vivem.

Nesta senda, procurou-se no presente trabalho estudar e entender a luta de classes no Brasil após a redemocratização, com foco especial para a passagem do Governo FHC ao Governo Lula e como se deu esse jogo de classes sob a égide dos Governos petistas. Vimos como a teoria aqui elencada encaixa-se em harmonia com a realidade fática, como que toda a organização estatal gira em torno do capital, da economia de um país, e de como certas garantias conquistadas por intermédio de muita luta e sangue no decorrer dos séculos, podem ser simplesmente ignoradas ou relativizadas em nome do bem-estar econômico, do bem-estar do capitalismo.

Foi exatamente o que viu-se no episódio do golpe de Estado de 2016. Quando a economia brasileira crescia a taxas animadoras, com a balança comercial do país equilibrada, diversos setores da sociedade brasileira encontravam-se satisfeitos, não só a grande burguesia interna, como também a baixa classe média, o sindicalismo operário, o campesinato e a grande massa marginal de trabalhadores, que constituíram-se numa grande frente que possibilitou ao PT permanecer no poder por 3 mandatos presidenciais consecutivos. Embora essa fosse uma frente tomada por diversas contradições internas, enquanto perdurou o bem-estar econômico brasileiro, os Governos do PT conseguiram mantê-la unificada e coesa.

Todavia, quando o país foi afetado pela crise mundial do capitalismo (que havia se iniciado em 2008 nos EUA, e chegou aqui anos mais tardes) tornou-se uma tarefa complexa manter a frente representada pelos petistas unida. A burguesia associada aproveitando-se dessa deixa, não pestanejou e empreendeu uma ofensiva ideológica que foi capaz de dismantelar o núcleo da frente petista, com isso, tornou-se insustentável a relação dentro da mesma e os personagens foram abandonando o Governo de Dilma Rousseff, um a um.

Demonstrou-se que a Lava-jato foi responsável por minar o poder do Governo Dilma através de suas ações focalizadas. Parte da grande burguesia interna havia abandonado o Governo pelo simples fato de este não conseguir mais manter a economia em crescimento, a outra parte desta burguesia que poderia servir de apoio ao Governo e endurecer a disputa pelo poder, foi desarticulada pelas ações da Lava-jato. Interessante ressaltar o caráter dúplice dessas ações da Lava-jato nos episódios com as grandes empresas que forneciam apoio aos Governos petistas, ao mesmo tempo que elas dismantelavam as empresas em nome do combate a corrupção, esse mesmo combate a corrupção promovia a ideologização de outros setores apoiadores dos petistas, como o campesinato, a baixa classe média, a massa marginal, que passavam a ver aquelas ações como legítimas, que visavam a promoção do bem-estar do povo brasileiro com a caça aos corruptos petistas. Nesse ponto, essa ofensiva ideológica dava a entender que a corrupção só existia pelos lados do PT, já que não se investigava as denúncias relacionadas ao PSDB e outros partidos.

Esses aspectos apontados acima foram diuturnamente vinculados pela grande mídia a tal ponto de imobilizar as massas e dominá-las ideologicamente. Feito isso, o caminho para o impeachment de Dilma Rousseff estava livre, não haveria grandes resistências, e foi assim que realmente se deu. A burguesia rentista foi vitoriosa em sua ofensiva neoliberal ortodoxa. Essa vitória deve-se em demasia a ação da alta classe média, por intermédio do uso do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e a Polícia Federal, autores e consumidores da Lava-jato. Também demonstrou-se que a frente vitoriosa em 2016 era formada justamente por esses atores, burguesia rentista e a alta classe média.

Acreditamos que foi possível entender como é constituída a luta de classes dentro do Brasil. Seus principais personagens, seus anseios, desejos, e como a relação desempenhada entre estes, isto é, a luta de classes, ensejou no golpe de Estado de 2016. Ademais, foi possível desnudar outros resultados da sistemática do Estado capitalista através da busca pelo saber que sintetizasse e explicasse como foi produzida a realidade política e econômica do país.

Pôde-se observar que o discurso dos próprios liberais é legitimador de golpes de Estado, apesar de isso passar despercebido por diversas vezes. Locke, um dos percussores do liberalismo, defendia a deposição do governo que não atendessem mais as finalidades para as quais o Estado foi criado. Trabalhando encima desse conceito, e trazendo à tona a finalidade do Estado capitalista segundo Marx, não encontraríamos uma justificação a um golpe de Estado? Se o Estado existe para criar condições para o desenvolvimento e manutenção do capitalismo, com o capitalismo brasileiro em crise, então o governo brasileiro em questão não servia a necessidade do capitalismo, com isso, deveria ser deposto. Essa foi a lógica empregada pela burguesia brasileira como um todo no episódio de 2016.

Igualmente, foi possível desnudar a temática da dominação estatal através da ideologia e dos aparatos ideológicos de Estado. Certamente o leitor desta obra ao final da leitura da mesma será capaz de identificar os aparatos estatais de dominação assim como perceber como o Estado capitalista mantém o *status quo* da sociedade, garantindo o direito à propriedade privada e a perpetuação da relação de hierarquia dentro da sociedade. As aspirações, desejos e ideais de uma determinada época sempre serão aqueles da classe dominante. Usando-se da ideologia, os dominadores criam um ideal que é imposto a toda a sociedade e os dominados sem terem noção disso, tomam aqueles ideais como se fossem seus, mas na verdade não o são, isso porque a ideologia cria uma deformação inconsciente sobre a realidade, de tal forma que o sujeito irá reproduzi-la sem sequer achar necessário demonstrá-la, é o que nos ensinou Chauí e Lyra Filho.

A compreensão do que foi o Estado bonapartista e de como ele se desenvolvia também se mostrou de suma importância, pois o Estado capitalista em seu estágio atual, denominado de Estado de direito, mescla conceitos e estruturas do Estado bonapartista com boas doses de ideologia disseminadas pelo aparato jurídico estatal. Faz-se aqui alusão aquela ideologia de que o Estado de direito é um sujeito autônomo e indiferente ao sistema econômico, com suas relações pautadas exclusivamente no direito.

Em suma, concordando com o que leciona Althusser, o Estado capitalista se assenta em bases econômicas. Desta forma, as relações econômicas desempenham papel basilar no Estado, tudo o que acontece na base irá gerar uma reação na parte superior que é onde reside o Estado. Conclui-se que o Estado só pode ser entendido sob o prisma da dinâmica econômica, as demais leituras que se inspiram para analisar o Estado se mostraram superficiais e sem o condão para possibilitar o entendimento do Estado em seu estado de contradição permanente. Sem Marx e sua teoria da dialética social capitalista, este trabalho não seria possível, ou teria de contentar-se a reproduzir ideias que são incapazes de explicar a dinâmica capitalista.

A função superestrutural do direito mostrou-se como pressuposto de validade do Estado capitalista. Ficou demonstrado que ambos retiram sua validade e eficácia dessa relação ambivalente, isto é, o Estado só consegue se apresentar como a figura moderna da Estado bonapartista através das normas e princípios que compõe o direito e o direito por sua vez, só é válido e eficaz enquanto o Estado o aplica como tal, impondo sua observação a todos os indivíduos, regulando desta forma as ações da sociedade.

Por fim, a presente pesquisa mostrou-se satisfatória ao deslinde do tema que foi proposto. Existiram dificuldades como o pouco tempo e a vastidão de material sobre a temática. Compilar tais dados de forma a produzir um resultado final que possibilitasse o entendimento de conceitos como o Estado, ideologia, aparatos estatais de dominação e de como tudo isso interage com a luta de classes dentro do contexto brasileiro, não se mostrou uma das tarefas mais fáceis. O tema certamente não foi esgotado. Há margem para que a pesquisa seja robustecida como a leitura de uma gama maior de dados e estatísticas, em virtude do tempo escasso, como supra citado, não foi possível beneficiar-se de uma vastidão de dados. Contudo, foram buscados aqueles dados cardeais que confirmaram a concretização do arcabouço teórico construído ao longo dos dois capítulos iniciais. Outro fator que torna essa pesquisa fecunda, reside no fato de que a luta de classes, enquanto o Estado capitalista existir, se manterá viva e atuantes, logo, esta estará em constante mudança e readequação, e uma pesquisa que busque entender a dinâmica da luta de classes em um contexto específico como é o brasileiro para se manter atualizada, terá que se readequar aos acontecimentos históricos e as novas interpretações que se apresentarem. Como a história é inesgotável, tem-se que a presente pesquisa também é infindável.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença. Disponível em: [https://www.academia.edu/8888943/ALTHUSSER\\_Ideologia\\_e\\_Aparelhos\\_Ideologicos\\_do\\_Estado](https://www.academia.edu/8888943/ALTHUSSER_Ideologia_e_Aparelhos_Ideologicos_do_Estado). Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- ARCARY, Valério. **A Comuna de Paris e a teoria da revolução em Marx**. Orientação Marxista. Disponível em: <https://orientacaomarxista.blogspot.com/2009/06/comuna-de-paris-e-teoria-da-revolucao.html>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classes nos governos do PT**. Campinas – SP: Editora Unesp, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XUyw8umnsf5ibORW-xZNzyV7yRc1Y8Hs/view> Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BODART, Cristiano das Neves. Contraposições de Karl Marx às ideias contratualistas. **Blog Café com Sociologia**. 2016. Disponível em <https://www.cafecomsociologia.com/estado-para-karl-marx/>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 1996.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Lua Nova [online]. 1995, n.36, pp.85-104. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000200006>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COIMBRA, Carlos. Documentado os Estados Unidos no golpe de 2016 – parte 1. **Pátria Latina: uma voz a serviço da integração dos povos**. Disponível em: <http://www.patrialatina.com.br/documentando-os-estados-unidos-no-golpe-de-2016-parte-1/>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.
- COPRREA, Felipe. A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista? **Revista Gestão & Políticas Públicas**. 2013, p. 213-227.
- FERNANDES, Eduardo Luís. **A ofensiva imperialista e o golpe de 2016 no Brasil**. Disponível em: <https://www.cig.gal/nova/a-ofensiva-imperialista-e-o-golpe-de-2016-no-brasil.html>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relatório Econômico 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

LIRA SILVA, Marcelo. **Notas gramscianas: Golpe de Estado e luta de classes no Brasil do século XXI**. 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/8427/4482>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

LYRA FILHO, Roberto. Normas jurídicas e outras normais sociais, p. 141-148. **Introdução crítica ao direito das mulheres** / organizadores: José Geraldo de Sousa Junior, Bistra Stefanova Apostolova, Livia Gimenes Dias da Fonseca; autores: Adriana Andrade Miranda, Et al. – Brasília: CEAD, FUB, 2011.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 17ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos; 62).

MACIEL, David. **Marx e a Comuna de Paris**. *Marxismo 21*. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/04/D-Maciel-CP1.pdf>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

MARX, Karl. **A Ideologia alemã**. Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/tme\\_03.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_03.pdf) Acesso em: 27 de ago. de 2019.

MARX, Karl. **As guerras civis em França**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1888/03/papel.htm>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em: <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

MIER, Brian. EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil. **Blog Outras Palavras: jornalismo de profundidade e pós-capitalismo**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/eua-assim-se-constroi-o-apoio-ao-golpe-no-brasil/>. Acesso em: 27 de ago. de 2019

NUNES, Pedro. **Democracia fraturada: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil** - João Pessoa: Editora do CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019. 162p. Disponível em: [http://www.ccta.ufpb.br/ppj/contents/livros/imprensa-crise-politica-e-golpe-no-brasil/EBOOK\\_DEMOCRACIA\\_FRATURADA.pdf](http://www.ccta.ufpb.br/ppj/contents/livros/imprensa-crise-politica-e-golpe-no-brasil/EBOOK_DEMOCRACIA_FRATURADA.pdf). Acesso em: 27 de ago. de 2019.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **O golpe de 2016: Breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo**. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6726> Acesso em: 27 de ago. de 2019.

PINHEIRO, Milton. **A Comuna de Paris: Construção histórica e legado político**. VII Colóquio Marx e Engels. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/Milton%20Pinheiro.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/Milton%20Pinheiro.pdf). Acesso em: 27 de ago. de 2019.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. 1º ed. Ver. – São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TIBILE, Jean. Marx contra o Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº13. Brasília, janeiro – abril de 2014, pp. 53-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n13/a03n13.pdf>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.